



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 14 DE JANEIRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretário: Ex.^{mo} Sr. António Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 11 horas e 15 minutos.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente deu continuidade à análise, na especialidade, das GOP e do OGE para o Ano Económico de 2011, referente ao Ministério das Obras Públicas e Recursos Naturais. Fizeram uso da palavra, a diverso título, o Sr. Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais (Carlos Manuel Vila Nova) e o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos), em resposta

às solicitações dos Srs. Deputados António Ramos (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Jorge Correia (PCD), Albertino Bragança (PCD), Ângela Viegas (MLSTP/PSD) e Alexandre Guadalupe (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 13 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente** (José Diogo): — Srs. Ministros, Srs. Deputados, bom dia. Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 11 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
José da Graça **Diogo**
Martinho da Trindade **Domingos**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe /Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

Alcino de Barros **Pinto**
António Afonso **Ramos**
António Sacramento **Barros**
Guilherme **Octaviano** **Viegas**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge **Correia**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Sr. Ministro pela sua presença. Vamos continuar o nosso trabalho, desta vez, na sua área, que é Ministério das Obras Públicas e Recursos Naturais. Portanto, os Srs. Deputados que têm alguma pergunta para fazer, estão na disposição de fazê-lo agora.

Gostaria de saber se o Sr. Ministro tem a intenção de fazer alguma apresentação do seu ministério ou em princípio aguardaria as perguntas dos Srs. Deputados e só depois é que responderia.

Por favor, Sr. Ministro, passo-lhe a palavra.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais** (Carlos Manuel Vila Nova): — Sr. Presidente, preferimos aguardar pelas perguntas dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a inscrição está aberta e quem quiser fazer alguma pergunta, está na disposição de o fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, vi aqui na rubrica 3275 «Estudo e arruamento do Campo de Milho» Não sei porque é que deram atenção especial a esse arruamento de Campo de Milho, porque temos outros arruamentos, quase toda a nossa cidade capital precisa de arruamentos. Porque é que houve uma atenção especial ao Campo de Milho em detrimento de outras localidades como Quilombo e outras zonas, por exemplo?

O Sr. **Presidente**: — Quilombo já tem estrada.

O **Orador**: — Mas há problemas sérios lá. Vejo aqui na rubrica 3316 «Construção da capela e lavandaria na localidade de Vila Maria» O nosso Estado é laico e, para além disso, poderia ver despesas, por exemplo, para a Comissão Eleitoral e outros sectores que foram assaltados e roubaram todas as bases de dados.

A Direcção de Transportes também tem papéis a mais, mas priorizou-se a capela e não temos, por exemplo, condições para ter uma base de dados de cartas de condução e livretes informatizados.

Quer dizer, há informação dos livretes, temos um arquivo com muitos papéis e não sei porque é que se deu prioridade a capela e deixou-se de fora essa questão. Espero que o Sr. Ministro tenha entendido a minha preocupação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais**: — Sr. Deputado, relativamente ao estudo para as estradas e arruamentos em Campo de Milho é porque aquele bairro é, digamos, sem complexos, mas que deveria ser de referência.

A comparação que o Sr. Deputado faz ao bairro Quilombo já nem se justifica porque esse bairro já passou da fase de estudo ao ter estradas e arruamentos executados. O Campo de Milho não tem e há toda uma necessidade, pela própria dimensão também daquele bairro e pelo que se pretende em termos do seu

próprio crescimento, porque em paralelo, acontecem também trabalhos de levantamentos topográficos e de terrenos para que se possa orientar e dar algum carácter urbanístico àquele bairro. Há toda uma necessidade de se saber por onde intervir em termos de estradas e arruamentos de Campo de Milho, que não está feito. E com este montante pretende-se exactamente fazer esse estudo antes de se pensar como implementar e o que fazer para dignificar e tornar o Campo de Milho num bairro de referência, que é o que sempre se pretendeu.

Relativamente à capela de Vila Maria, o Estado é laico, estou plenamente de acordo. Teríamos, certamente, pensado em fazer outras coisas em vez de fazer uma capela, só que a capela e a lavandaria foram construídas num contexto próprio de período eleitoral sem, se calhar, ter-se tido em conta o apoio que os próprios serviços poderiam ter dado nessa altura para que essas estruturas contribuíssem para a melhoria das condições de vida das populações.

Hoje essa capela e lavandaria bloqueiam a utilização normal de uma estrada onde o Estado gastou bastante dinheiro que é a estrada que começa de Vila Maria e acaba na Quinta de Santo António diante da firma comercial Tropical e há toda uma necessidade de remover sob pena de se criar constrangimentos e acidentes, o que tornaria ainda muito pior a acção de Estado, porque confrontar-se-ia com situações de acidentes constantes, danos não só materiais como humanos, porque é mesmo muito perigoso entrar-se por Vila Maria e usar-se em pleno essa via, que é recente e onde se gastou bastante dinheiro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, antes de mais quero agradecer a presença do Sr. Ministro e os esclarecimentos que deu sobre a questão da lavandaria e capela.

Mas temos que acrescentar cá alguma coisa: a remoção e a construção. Porque a noção que me ficou é que estamos a priorizar a construção de capelas e lavandarias, sobretudo capelas, quando estamos num Estado laico e há muitas outras igrejas e religiões que também poderão protestar isso.

Sr. Ministro, quando agradeci, é porque me apraz tê-lo como Ministro das Obras Públicas porque, modéstia à parte, depois de eu ter exercido essa função, eis que temos um ministro que, segundo informações, vem da sociedade civil, se não for, por favor, corrija-me, e se for, é melhor, porque efectivamente está completamente despido de quaisquer intenções político-partidárias e irá fazer o trabalho com toda isenção, sem qualquer desconfiança, contrariamente a outros colegas que me substituíram e que eram, feliz ou infelizmente, do próprio partido a que eu pertenço.

E tudo quanto eles diziam, podiam incorrer em desconfiança, porque está a proteger colega ou não do partido. Sendo o senhor o homem isento da política partidária, sinto-me muito satisfeito e para que o senhor nos brinde, porque é uma oportunidade única, acho eu, com toda essa questão que andou a volta desses projectos que vou aqui referir.

Aquando da discussão do Orçamento na generalidade levantei a questão de um fundo extraordinário atribuído pela cooperação taiwanesa para alguns projectos concretos. E esse memorando foi assinado por mim, na altura. O próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros manifestou cá o seu desconhecimento e eu lhe dei uma cópia e, posteriormente, telefonou-me a dizer que, efectivamente, encontrou o original no arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Nesse memorando foi atribuído à São Tomé e Príncipe uma verba na ordem de 25 milhões de dólares, 5 milhões por ano, fora do quadro de fundo da cooperação bilateral que são de 10 milhões por ano, para projectos concretos. Estou a referir-me a construção de um centro de Conferências Nacionais que depois foi transferido para construção da Central Eléctrica, projectos de reabilitação das infra-estruturas da empresa Porto Alegre, construção de casas sociais em Porto Alegre, reabilitação da Estrada Nacional n.º 2, que depois foi alterado para outras estradas que nós chamamos de requalificação das ruas de cidade capital.

Dentre esses projectos também constava a compra de um barco para a ligação entre as ilhas, os autocarros e a Doca.

No quadro de reabilitação das ruas da cidade capital entram os passeios e é sobre isso que vou falar. Sobre a Doca, não vimos cá no Orçamento qualquer iniciativa do Governo sobre o futuro dessa infra-estrutura.

Criou-se um mito à volta desse projecto, deixou de ser projecto do Governo, e passou a ser o projecto de Delfim Neves e com todo o tipo de insinuações que estavam à sua volta. Gostaria que o Sr. Ministro pedisse aos serviços todos os processos que estão à volta desse projecto para esclarecer a Nação, porque acho que basta dos aproveitamentos que fizeram sobre esse projecto.

Mas o projecto não está concluído, já foi gasto muito dinheiro ali e não se sabe qual é o destino que o Governo vai dar àquilo. Se vai vender, alienar ou doar, para ficar aqui qual é o valor que se vai recuperar com esse projecto, se for o caso disso, ou se se vai concluir o projecto.

Portanto, não vejo cá nada sobre a Doca e gostaria que me dissesse qual é o objectivo que o Governo tem com esse projecto. Que o senhor, se puder, esclareça a Nação se houve ou não o concurso, se houve ou não trabalhos preliminares feitos pelos técnicos para identificar o local, se houve ou não vários participantes que quem ganhou foi pela adjudicação feita depois de uma avaliação coerente e clara e se houve ou não uma decisão do Conselho de Ministros para execução desse projecto.

Sobre os passeios, acho que está aqui uma rubrica que é de requalificação da cidade capital. Parece que isto está integrado na rubrica 2922. Acho que deve ser isso mesmo, mas o que levanto é a questão de fonte de financiamento. Porquê Portugal, quando no fundo de Taiwan está contemplado verba para este projecto? Porquê Portugal? É a questão que levanto.

A conclusão de 15 casas em Porto Alegre também faz parte do mesmo pacote, no entanto, está aí Guiné Equatorial. Porquê que mudaram de fonte de financiamento? E esse documento foi entregue ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros. Está aí na rubrica 3264.

Quanto à ENASA é uma outra questão que peço ao Sr. Ministro para esclarecer também à Nação. Quando pego no plano financeiro da ENASA e vejo cá o maior «bolo» que entra no plano financeiro da ENASA, isso vem nas tarifas aeroportuárias, não é bem essa designação que está cá, mas vou já localizá-la. Para dizer o quê?

Aquilo que se dizia no passado que não era o governo, que era o Delfim Neves que vendeu, alugou o espaço aéreo com a TMA. Já perfilaram três governos, esse é o terceiro depois de mim e na verdade TMA continua e é a maior fonte de receitas da ENASA.

Na altura, quando apelidei-a de uma mina, alguns disseram que era uma mina de barro.

Risos.

E na verdade, hoje temos, só nos proveitos aeroportuários, 45 mil milhões de dobras. E sobre os serviços TMA, mais de 90%. Portanto, cerca de 2 milhões de dólares. É preciso esclarecer tudo isso. Criou-se um mito à volta dos projectos que foram implementados e hoje estamos a verificar que na verdade valeu a pena ter-se recuperado os direitos que eram do Estado são-tomense, que anteriormente estavam a ser explorados pela Gana e Aségna.

Recuperamos esse direito que há 32 anos, na altura, não se recuperava, não se ganhava um centavo com aquilo e ao invés de agradecermos os serviços, os colaboradores e o ministério que trabalhou nesse processo, criou-se um mito como se se estivesse a vender o espaço aéreo e como se fosse que lá temos condições tecnológicas de construir prédio no espaço aéreo.

Isso é só para esclarecimento, Sr. Ministro. Estou a pedir-lhe isso, porque se eu pedisse ao meu companheiro Bano ou a Benjamim Vera Cruz tudo que eles dissessem não serviria para nada, porque iriam dizer que são colegas do partido e estão a defender Delfim Neves.

Hoje temos um ministro isento, posso dizer outra vez, e não sei se estou errado ou não, isento de política partidária e dizia que veio da sociedade civil, então, é a pessoa que está em melhor condição de esclarecer essa situação.

Temos outra questão, Sr. Ministro, que levantei também aquando da discussão na generalidade que tem a ver com a pista do Aeroporto. Volto a frisar a justificação que foi dada não me satisfaz. Somos um país insular, não temos outras saídas senão por via porto ou aeroporto. E o nosso aeroporto, neste momento, a partir das 19 horas está encerrado. Havendo uma situação de evacuação rápida por via aérea não há qualquer hipótese.

O tal memorando que se assinou com Angola, é, eu diria, reforço de assinatura, porque já se tinha assinado o memorando com um prazo de execução de 6 meses, em 2009. Estamos em 2011 e nos finais de 2010 foi assinado um novo memorando. Passando quase dois anos assina-se um novo memorando.

Não quero ser pessimista, mas tenho muitas dúvidas que esse projecto terá o seu início em tempo útil. Digo tempo útil, era ontem não hoje, porque estamos a falar de prioridades das prioridades. Aliás, temos um acordo internacional. Um avião pode estar a sobrevoar o nosso espaço e ter necessidade de aterrar rapidamente em qualquer hora.

E lá estamos a dizer que não temos luz na pista, quando temos assinaturas de acordos internacionais em que demos garantias para isso. Por isso, é que a minha sugestão, depois de ouvir o Sr. Ministro e, como tinha dito, não gosto nem faço, sou coerente, não altero as opções do Governo.

Mas isso para mim é uma prioridade, depois de me responder sobre o que é que pensa. Se acha que é prioridade temos uma proposta concreta para fazer. Porque a ENASA inscreveu esse projecto no seu plano e pôs como se fosse o suporte financeiro do Estado, do Governo.

Efectivamente, no Orçamento não vem nada e o Governo transfere para o sector privado, mas esse sector pode fazer hoje, amanhã ou depois de amanhã. Mas é uma prioridade nacional do Estado.

O Estado é que tem que assumir esta responsabilidade e não esperar o terceiro. Não estou a falar de requalificação do aeroporto, nem de ampliação e nem de novo aeroporto, estou a falar da iluminação da pista, que é uma prioridade nacional.

E nesse âmbito, temos cá outra questão das estradas. Vejo num capítulo reabilitação e construção de troços de estradas, mas não especifica efectivamente quais são essas estradas, tal como a reabilitação das outras. Também não especifica efectivamente quais são as estradas que vão ser construídas e quais vão ser reabilitadas.

É preciso clarificarmos e, se eventualmente, as estradas que o Governo entende que são prioritárias, aquelas que são para fazer o escoamento de produtos, aquelas que dão acessos a actividades turísticas, já

estão inscritas, então, teríamos que ver outras estradas prioritárias e, porque não, ver a questão da pista do aeroporto, com a verba que temos aqui destinada para esses troços de estradas?

Outra questão que me preocupa, Sr. Ministro, tem a ver com IMAP (Instituto Marítimo de Administração Portuária). Não vejo cá neste orçamento qualquer menção para funcionamento, ...

Uma Voz: — Está aqui no 2974 «Transferência corrente para o funcionamento do IMAP.

O **Orador:** — 2974? Muito obrigado. Então retiro esta questão. Mas há outra questão que me preocupa sobre a IMAP. Isto é para o funcionamento, certamente. Agora, qual é a rentabilidade que a IMAP está a ter?

Quando se criou esse instituto era para recuperar os direitos que São Tomé e Príncipe tem, sobretudo, na atribuição de licença aos navios mercantis de grande porte. Na altura falava-se em 430 licenças emitidas, o que significa que existiam na altura 430 navios a circularem com bandeira são-tomense e que não havia registos deles em São Tomé.

Porque se atribuiu a uns gabinetes na Grécia e noutras paragens para emitirem licenças e o próprio Estado não tinha controlo absoluto de nada. E criou-se essa instituição, exactamente, para chamar a si essa responsabilidade, e para que o Estado tenha também algum recurso que advém da emissão dessas licenças.

Não vejo cá no Orçamento nenhuma verba que venha desse instituto para contribuir no Orçamento Geral do Estado. Aí é que gostaria de saber o que é que esse instituto está a fazer, em termos de mobilização de recursos de acordo com as suas atribuições. Porque do outro lado sabemos que se tem estado a fazer alguns trabalhos sobre a segurança marítima, a prevenção da poluição do mar, tudo isso temos conhecimento que está a ser feito.

Agora, sobre a atribuição e emissão de licenças, que na altura falávamos de 5 a 7 milhões de dólares por ano, não vejo nada disto cá no Orçamento. Gostaria de saber se efectivamente o Governo está a trabalhar nesse sentido e se o próprio instituto já está vocacionado e credenciado pela Associação Marítima Internacional para emitir essas licenças.

Porque o que é do meu conhecimento é que às vezes vêm cá alguns armadores para revalidar licenças e são reencaminhados outra vez para a Capitania dos Portos, o que não é normal. Porque há uma lei que retira essas competências a Capitania dos Portos e atribuiu para o IMAP. Daí que eu gostaria de saber do Sr. Ministro como nos pode brindar sobre essas questões e depois voltarei mais tarde.

O Sr. **Presidente:** — Gostaria apenas de apelar aos Srs. Deputados para o seguinte. Estamos a discutir na sede da 2.^a Comissão e questões ligadas a especialidade e agradeço que nos cingíssemos apenas nessas questões que estão aí inscritas no Orçamento para discussão. Eventualmente o Sr. Deputado quiser expor outras questões, enfim, de interesse, mas acho que talvez não seria o momento próprio, sobretudo algumas questões de fundo que o Sr. Deputado Delfim apresentou e que não se enquadrava muito com o que estamos a fazer neste momento.

É apenas isso. Que nos cingíssemos apenas nessas questões que têm a ver com o Orçamento, as prioridades e tudo o mais, no sentido de ajudar, digamos as nossas discussões e chegarmos a bom porto.

O **Orador:** — É só para lhe dizer que disse bem. Estamos na sede da 2.^a Comissão e para discutir na especialidade. É para desentranhar tudo, tudo que está aí. Espalhar.

O que se está a discutir, se não estiver poderemos introduzir. Por isso, não vamos falar apenas das questões que estão cá. Estamos a falar do sector. Aquilo que não estiver cá se for uma prioridade, os deputados querendo, podem alterar e introduzir, sob o sistema de voto, obviamente. Se passar entra, se não passar chumba.

O Sr. **Presidente:** — Pode ser que não entendeu. Porque fiquei com a impressão de que o Sr. Deputado está a exigir ou estava a pedir algum esclarecimento de algumas situações que ocorreram no passado. Que para mim transborda um pouco o âmbito das nossas discussões neste momento. É apenas isso.

Tem a palavra o Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente em substituição, gostaria de abordar algumas questões, aproveitando a presença do Excelentíssimo Sr. Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais. Estive a rever o documento e não vi nada ligado ao aeroporto de Porto Alegre.

Isso talvez parece umas das histórias do «Tio Patinhas», mas é uma realidade, porque nos últimos momentos, temos assistido a problemas com o nosso aeroporto, além das questões que foram abordadas aqui pelo Sr. Deputado Delfim Neves da iluminação do aeroporto.

Devemos ter um aeroporto alternativo. E mesmo desde o período colonial já se tinha esse aeroporto apesar que num dos aniversários da independência houve um pequeno ensaio com o aeroporto de Porto Alegre, mas acho que seria importante vermos isso, porque nem sempre é possível o avião ir até Libreville, independentemente dos equipamentos.

Portanto, é uma questão que pode ser objecto de uma análise e gostaria de solicitar se o Sr. Ministro já tem alguma ideia sobre isso. Paralelamente a isso, o meu colega Delfim Neves dizia que seria bom porque o Sr. Ministro é uma pessoa isenta, quero reportar que há um cientista social chamado *Hemil Durkheim* no seu livro «Suicídio», dizia que ninguém é isento. Alguém anda no passeio do lado direito ou do lado esquerdo. Quem anda no meio da estrada está sujeito a ser atropelado. É apenas uma observação para o meu colega Delfim Neves.

Risos.

Continuando as minhas questões, eu agora iria para a questão das casas. Há umas casas que são citadas aqui no 3265 que é a «Conclusão de 20 casas sociais em Malanza» e depois há outra «Conclusão de 15 casas geminadas em Porto Alegre». Isso pressupõe que são casas que já se iniciaram. Gostaria de perguntar, Sr. Ministro, tive conhecimento que há algumas casas pré-fabricadas no nosso país das alfândegas.

Há alguma interligação com essas casas ou com outras? Na rubrica 3334 «Construção de um muro de contenção na Praia Emília», eu não sei se este montante é suficiente. Porque recorde-me que uma vez quando houve queda desse muro, eu passava a noite com a minha mulher e quem nós assistimos a ir ver, na altura era o então ministro Bano e Raul Cravid. A minha mulher disse: — «Olha, eles estão a vir ver isso às nove da noite, isso não vai ser feito.» Passado esse tempo todo, felizmente, vejo que isso foi reposto aqui no Orçamento de 2011, mas não sei se esse montante é suficiente.

Na rubrica 1044 «Aquisição de meios rolantes para o funcionamento dos serviços». Sr. Ministro, gostaria de saber: Para que sector se destinam, qual é a quantidade e que tipo de meios rolantes?

Outra coisa que eu não consigo encontrar aqui neste orçamento, é a estrada que liga Folha Fede a São Fenícia. Aquela estrada não sei, não dá para pormos no museu, mas é uma estrada que já vem iniciada há muito tempo, e hoje em dia passo por lá permanentemente e ajudaria muito para escoamento de produtos agrícolas.

Seria bom porque já se começou e tem lá passeios que já se tinha começado na altura.

Sr. Ministro, no ponto 3284 diz «Aluimento Anambó (PH - passagem hídrica)». Não sei o que é isso de aluimento, seria bom que me esclarecesse tendo em conta o montante.

No ponto 3285 diz «Estudo de reabilitação da ponte da Baía de Ana Chaves». Acho que isto é pertinente, mas não sei se esse montante chega. Apesar de dizer apenas estudo, realmente a nossa cidade precisa de um tratamento. Antes havia até uma legislação camarária, por exemplo, quando as pessoas tinham acidentes e partiam postes ou muros eram responsabilizados. Hoje as pessoas partem e vão-se embora e ninguém assume nada. Deixa-se tudo para o Estado.

Outra questão também é a substituição de linha aérea a trinta KVA's Santo Amaro. Não sei de Santo Amaro para onde. Portanto, é o montante que se vai adjudicar a Portugal. Acho que vai-se fazer, mas deve ser em colaboração com a nossa EMAE. Não sei como será isso.

É um dinheiro que se financia para EMAE, ... eu gostaria que também fizesse o favor de me esclarecer sobre isso.

Para terminar, a minha intervenção e para ser mais rápido e objectivo na rubrica 3272 diz «Aquisição de equipamentos para impressão magnética de cartas e livretes». Acho que isso é de extrema importância, porque a condução no nosso país está tão perigosa e muita gente tem cartas fabricadas cá e aqui o nosso colega António Ramos, apesar de ser Deputado também labuta naquele sector.

No entanto, acho que isso é importante, porque há indivíduos que nos ultrapassam pela direita, pela esquerda, às vezes, parece que querem ultrapassar por cima devido a ausência de conhecimentos de código da estrada. E nós até somos o único país em que a pessoa estando na rotunda tem que parar.

Normalmente, em toda parte e quando tirei a carta de condução, quem já está dentro da rotunda tem prioridade, mas aqui em São Tomé funciona uma regra de trânsito muito *sui generis*. Acho que esta acção é de extrema importância, o que se põe em causa é se esse montante chega.

O Sr. **Presidente**: — Penso que seria bom abrirmos uma sessão de respostas. Convidaria para isso o Sr. Ministro para responder às algumas perguntas que foram colocadas.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais**: — Sr. Presidente, eu começaria pelas questões levantadas pelo Sr. Deputado Delfim Neves, à quem também começaria por agradecer a gentileza das suas palavras ao meu respeito e apenas dizer que enquanto eu estiver no exercício das funções que ocupo, tudo farei para cumprir o meu dever como cidadão e perante o Estado. Farei, por isso, o meu melhor.

Algumas questões levantadas pelo Sr. Deputado são questões às quais foram feitas referências de forma, de princípio, inclusivamente, de pessoas à quem coube, de certa forma, o apadrinhamento de alguns projectos.

Acho que não entraria propriamente por aí, deixaria essas questões de aspectos mais éticos e diria apenas que no que toca a Doca é um bem do Estado são-tomense, e como membro do Governo, penso que cabe ao Governo encontrar a melhor solução para este bem.

O bem em questão tem sido motivo de trabalho, de reflexão e temos tentado encontrar a melhor utilização para o mesmo. Temos recebido manifestações de interesse, algumas já foram analisadas mas não nos convenceram. Continuamos abertos a continuação de recepção de manifestações de propostas.

Algumas estão retidas em análise, não podemos dizer hoje se o estabelecimento será Doca, se será um centro comercial ou se será um edifício de prestação de serviços. Portanto, as hipóteses estão abertas, estamos a trabalhar e tudo faremos para encontrar a melhor solução para esse mesmo edifício, que é um bem que nos pertence.

Relativamente a ENASA, Sr. Deputado, reconheço a importância do espaço aéreo, vindo eu de um sector muito ligado a ele, mas aí pelas mesmas reflexões que fiz relativamente a Doca também não entraria em considerações do tipo «mina», sei que é importante para Estado, mas gostaria de lhe dizer que pelo facto de não constar e não haver alguma referência no orçamento do sector do Ministério das Obras Públicas e Recursos Naturais é porque esses aspectos de gestão estão tutelados pelo Ministério de Plano e Desenvolvimento.

A nós, conjuntamente ou em equipa no Governo, daremos o nosso contributo sempre que necessário para que possamos fazer o melhor uso possível do espaço aéreo. Se ele está bem entregue a ENASA ou se estaria melhor no INAC são questões que interessam a todos e que na altura própria discutiremos e analisaremos.

Mas uma coisa é certa, é um bem que vem reforçar a capacidade de receitas do Estado ao qual tentaremos melhorar e valorizar. Refiro-me a essa consideração da ENASA.

A pista do aeroporto. Estou plenamente de acordo com o Sr. Deputado, faz parte da prioridade das prioridades.

Sei o quanto sofremos pelo facto de não termos possibilidades de operação nocturna neste país. Sentimos de diversas formas, sentimos essa falta de possibilidade de operar nocturna na arrecadação de mais receitas, por via directa e indirecta, digamos, na vinda de visitantes de uma forma geral ao país e na possibilidade de próprio Estado se movimentar correctamente na necessidade de entrar e sair.

Sabemos que já aconteceram casos de pessoas ou delegações terem que sair ou regressar ao País e terem que pernoitar fora, nas proximidades de São Tomé, porque de facto não existe. É uma preocupação muito grande, mas neste momento é exigido um esforço muito grande para a reposição da iluminação da pista.

A iluminação da pista não se traduz apenas na colocação de lâmpadas ou candeeiros, mas traduz-se pela completa reposição de todo o sistema. Todo o sistema está ultrapassado e inoperante. Estamos a falar de valores superiores a 5 milhões de Euros, o que não foi possível um trabalho bem feito com os equipamentos todos, ...

Uma Voz: — Dois milhões e meio.

O Orador: — ... Não. Dois milhões e meio foi uma proposta privada, mas que não nos convenceu, porque ao estudarmos convenientemente o assunto e a própria ENASA ao fazê-lo, vimos que rondam os 5 milhões de Euros para o fazer.

Nos contactos que se vem desenvolvendo para encontrar uma solução para a iluminação da pista, pode-se dizer, como bem referiu que se deu continuidade de assinatura de outro memorando.

É o único que não foi suficientemente implementado, e com a mesma entidade o Governo renovou, mas com condições e características muito específicas. Tanto é que neste momento já está em São Tomé uma equipa técnica para fazer a avaliação no global não só da iluminação da pista, mas também daquilo que entendemos que são as medidas mais urgentes de intervenção no aeroporto de São Tomé.

À iluminação da pista acrescem equipamentos de segurança de voo de passageiros, refiro-me ao controlo de bagagem de mão e de porão e de controlo e verificação dos próprios passageiros. Essas duas actividades temos acordado neste memorando que até o final do mês de Janeiro teríamos as especificações técnicas e a partir daí, sim, avaliar se essas especificações técnicas convêm às partes para então avançarmos para a resolução desses problemas.

Penso que embora a continuação do memorando mas com moldes mais específicos e diferentes que permitem, de facto, avançarmos mais rapidamente ou então sabermos que não dá para avançar sem que haja outro memorando de 2, 3 anos e que não se faça nada.

Relativamente à construção e reabilitação das estradas. De facto não estão especificadas, porque aprendemos e vimos que no nosso país, muitas vezes, somos confrontados com situações imprevistas. Mas há estradas que contamos intervir neste capítulo. Temos neste capítulo a reabilitação da EN1, portanto, a estrada que vai para o norte, para o cemitério, precisa de uma intervenção.

Temos estradas na ilha do Príncipe que também precisam de referência. A própria cidade de Santo António de Príncipe necessita neste momento de uma reparação urgente das suas vias. Temos a estrada que liga Santo António ao Aeroporto também no Príncipe. Temos a zona de Mesquita e Lemos. Portanto,

pensamos que esta rubrica pode fazer cobro, porque são estradas em que não procedemos os devidos estudos. Não temos patamar indicado que poderíamos afectar as verbas. A partir daí, sim, estudar e proceder a esse tipo de trabalhos com essas verbas.

Uma Voz: — De Saton a Santo Amaro!

O **Orador:** — Sim. De Saton a Santo Amaro. Esta até já tinha dito que iríamos pôr aí, porque já estávamos no final do ano.

Relativamente às fontes de financiamentos, deixaria para que o Sr. Ministro das Finanças pudesse esclarecer melhor essas duas questões, no que toca a requalificação da cidade capital e a conclusão das 15 casas em Porto Alegre.

Sr. Deputado, quanto ao IMAP, estamos a falar de uma instituição autónoma, que é nova, com objectivos claros e aos quais o Governo sempre pretendeu dar atribuições precisas.

Como qualquer instituição nova suportamos ainda neste momento os efeitos da sobreposição de atribuições. Isso relativamente à Capitania dos Portos que se vai minimizando e corrigindo esse tipo de acções para que o IMAP desenvolva a sua actividade.

O IMAP vai procedendo contactos e o seu engajamento internacional, vai afiliando nas organizações internacionais, tanto regionais como ao nível mundial. É um processo que está a seguir a bom termo. No que toca a atribuição que se calhar seria principal actividade do IMAP em termo de arrecadação de receitas, atribuições e emissão de licenças não posso confirmar o número de navios a que se referiu, mas acredito que sim.

Neste país já vimos um bocado de tudo, 430 navios é fácil de ser atingido sobretudo se se procedeu na altura, a delegações de poderes para emissão de licença como bem disse na Grécia e noutros países. Uma coisa que é verdade. Ainda hoje não conseguimos saber onde estão alguns dos navios registados com o padrão de São Tomé. Desapareceram e não se consegue qualquer referência mesmo utilizando as organizações internacionais.

Felizmente, já não são muitos, mas ainda existem alguns. Pelo facto de haver alguns, incorrectamente registados o que causam danos a imagem de São Tomé e Príncipe, prejudicam também na emissão de novas licenças. São Tomé e Príncipe é um país pequeno dupla ou triplamente insular, pouco conhecido, e que não está em condições de fazer frente aos países conhecidos de emissão de licenças marítimas.

Não estamos a altura nem temos condições de fazer frente. Portanto, poderíamos entrar para uma concorrência saudável, mas que ainda não é o caso. Quer dizer que temos muitos trabalhos ainda para frente com o IMAP, mas que sabemos o que se pode fazer e tirar do IMAP. Daí também as contribuições de todos Srs. Deputados em particular serão muito bem-vindas para que possamos fazer essa instituição de referência. Creio que no que diz respeito as questões colocadas pelo Sr. Deputado Delfim por enquanto tenho respondido.

O Sr. Deputado Guilherme Octaviano que começou por se referir ao aeroporto de Porto Alegre. Eu alargaria a questão, e diria um segundo aeroporto na ilha de São Tomé. Pode ser em Porto Alegre, porque já existiu, mas temos necessidade. Hoje qualquer situação de emergência, temos que nos socorrer aos países vizinhos.

Só que, o nosso próprio aeroporto internacional que temos, carece de tanta melhoria de infra-estrutura que neste momento com toda honestidade, Sr. Deputado, nem sequer dá para pensar no de Porto Alegre, onde já existiu um aeroporto. Mas reconheço e digo-lhe que é altura dos são-tomenses começarem a pensar nesta possibilidade, porque temos um país que nós todos pretendemos que cresça e que se posicione correctamente no mundo e para tal é necessário. Um segundo aeroporto não é luxo é uma necessidade. Pode ser uma emergência como pode ser numa situação interna de própria calamidade e assim podemos utiliza-lo. Não está inscrito porque, não há como inscrever, não há como fazer, mas é uma preocupação.

Depois temos o caso de casas sociais nos cais das alfândegas. Com toda honestidade, desconhecia. Mas como referiu-se, vamos tentar saber se existe, como é que vieram e o que se pode fazer com ela. Posso dizer que não deve ter ligação nenhuma com relação as casas sociais de Porto Alegre e de Malanxa.

O murro de contenção na praia Emília. Já faz alguns anos e neste momento, ele está incluído no concurso que lançamos de reabilitação e reparação das estradas da cidade capital que vai do aeroporto até o Palácio dos Congressos. O montante está inscrito, pelo estudo e pela informação confidencial que temos dos serviços é suficiente para que se faça ou se construa aquele murro de vedação.

Os meios rolantes. Referem-se aos meios rolantes necessários para todo o ministério. Quando digo todo o ministério é para fazer frente sobretudo a Direcção dos Serviços Geográficos e Cadastrais onde pensamos que há uma necessidade de veículos adaptados ao serviço. Veículo equipado tecnicamente para o desempenho da actividade.

Sabemos que é uma direcção com um papel preponderante a desempenhar no País e sabemos que se trata de uma direcção hoje, das que conheço no ministério menos equipado e com maiores carências e que há uma necessidade de dotá-la de equipamentos necessários para exercício do seu funcionamento.

Esses veículos seriam já portadores de algum equipamento para o exercício da actividade. Temos também o caso da Direcção dos Transportes Terrestres que não tem nenhuma viatura. Temos estado a pensar no sector também para o desempenho da sua actividade. Nesses sectores expedientes já foram incitados para podermos equipá-los minimamente. Eu deixaria a estrada de Folha Fede para fim, não por ser a menos interessante, mas porque se calhar falaria um bocadinho mais dela.

O aluimento de Anambó. Sr. Deputado, permita-me a relação, o senhor não pode visitar só Mé-Zóchi, mas também tem que visitar zona norte. Tem que visitar o meu distrito. Em Anambó já faz também algum tempo, pelo conhecimento que tinha como cidadão comum, houve um aluimento que começou por ser um, mas acho que houve vários aluimentos sucessivos a ponto de quase de não se ter acesso a fase final, a praia de Anambó.

Para eventualmente, as pessoas que não saibam, há um riacho que corre há uns anos atrás, falo de pelo menos 10 anos. Até havia uma cascata a algures que passava por baixo da estrada que se construiu e que chegava a praia, onde tem o símbolo de Anambó.

Esse aluimento é grave e complicado. E pelas razões históricas e porque já se arrasta muito tempo há necessidade de se proceder a recuperação. A construção de toda uma estrutura de baixo em forma de canal e a reposição de piso, porque nesse momento não se circula no piso normal para se chegar a praia de Anambó. É um desvio que se fez que também corre risco de aluir a qualquer momento.

O estudo da Ponte de Ana Chaves. Sem querer alarmar ninguém, estamos provavelmente a falar do distrito de Água Grande da ponte com maior circulação e maior tráfico que se calhar por baixo, muitos de nós não sabemos em que estado se encontra. O estado dela nem vale apenas falar. Esse estudo é melhor fazer quanto antes porque está previsto uma intervenção alargada nesta ponte quando se fizer a reposição do piso todo da estrada nacional número 1, mas convinha, porque faz parte daqueles estudos regulares. Essa ponte necessita de ser revista com regularidade para que se evite coisas piores.

Linha aérea Santo Amaro a cidade capital. Estamos a falar de uma alternativa, deixa-me explicar. Porque, com a construção da Central Eléctrica de Santo Amaro houve toda uma necessidade de requalificar a linha em de Santo Amaro a cidade capital.

Cidade capital na estação que está nas instalações da serração do senhor Victor Frutuoso. Chama-se subestações tecnicamente que tem o nome 1 e 2 se não me engano. Esse trabalho está em curso e está feito. Mas por uma razão qualquer uma queda de energia, chamado *back out*, ficamos todos sem alternativa de repor esta linha em funcionamento ou admitamos que há uma avaria que leve dias, a que se reponha a normalidade de funcionamento.

Portanto, seriam dias sem fornecimento de energia. E esta linha é a alternativa o chamado a linha enlute, portanto, circular. Uma criação circular que vai passar de Santo Amaro, estação de produção Central Eléctrica para Santo Amaro Subestação e de Santo Amaro para cidade capital. Quer dizer, que teríamos duas alternativas de fornecimento a cidade capital, independentemente das situações em que se encontrar, portanto, a minimizar-se as condições de limitação de fornecimento de energia a cidade capital.

As cartas e os livretes, acima de tudo para repor alguma normalidade neste sector, sabemos que existiu e continua a existir falsificação sobretudo das cartas de condução. Somos confrontados com os nossos parceiros internacionais sobretudo Portugal na detenção dessas cartas e também para que se aplique algumas normas que são internacionais e a melhoria na emissão delas que será alargado aos livretes.

Mas os grandes problemas são mesmo as cartas. Nós aí começamos já algum trabalho com a Direcção dos Transportes, há necessidade de rever alguns instrumentos legais e há necessidade de distinguir bem quem será o regulador, quem serão os emissores e quem serão os examinadores. Mas pensamos sem querer espantar a caça que é trabalho para o primeiro semestre deste ano.

O valor se é suficiente, pensamos que sim. Porque se trata sobretudo de valor para aquisição de meios informáticos indispensáveis para executar este trabalho. Penso ter respondido tudo, não me esqueci de Folha Fede a São Fenícia que sei que é uma preocupação de quase toda Assembleia pela reacção que temos sentidos aqui nesta Casa.

Eu diria que é mesmo uma preocupação nacional. Uma estrada é uma via de comunicação, é uma infraestrutura. Folha fede a São Fenícia tem sete anos de existência em termos de reparação ou de construção. Esses sete anos significam o grau de complexidade que existe para que ela seja feita. Tentamos evitar cometer os mesmos erros que se cometeu no passado que não importa, mas cometeu-se, porque não se conseguiu em sete anos fazer 4 000 e 200 metros de via.

A não fazê-la acabamos por prejudicar a nós próprios, quer dizer que boa parte dos recursos já investidos, teremos que reinvestir novamente numa parte desses mesmos recursos e o ideal se eu pudesse encontraria uma forma digamos nos últimos quatro meses do ano retomar a estrada e em 2012 conclui-la repondo ou inscrevendo em 2012.

Não foi possível inscrevê-la porque o grau de complexidade mostrou-nos que corríamos certos riscos de não a poder concluir este ano. Ia-se arrastar, criava-se mesmo problema com que já temos vindo a viver. No governo anterior conseguiu-se ultrapassar alguns obstáculos, conseguiu-se desbloquear cerca de 195 000 dólares para pagar sobretudo facturas em atraso que era um dos grandes constrangimentos pela qual a obra foi parada.

Só que eram necessários por volta de 608 000 dólares na altura. Provavelmente, hoje, é mais, tendo em conta que iríamos se calhar refazer algumas das coisas que já foram feitas e com o tempo que se passou, deixou-se degradar essa via.

Portanto, é uma preocupação. Não está inscrita, mas não se esqueceu dela. É um assunto daquele aos quais tomei conhecimento logo no princípio. Tentou-se e fez-se levantamento e por isso, tenho essas informações e como digo gostaríamos muito de proceder pela via que eu disse: tentar retomar nos finais do ano e então conclui-la em 2012.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, estou de certo modo ultrapassado. Sr. Ministro, apraz-me tê-lo cá, sei que o senhor é um homem extraordinário, já trabalhamos juntos e conheço-o bem. Tudo que puder fazer para o bem de São Tomé acredito que o senhor fará.

Gostaria de perguntar se na requalificação da cidade capital inclui reparação dos esgotos, sarjetas e tudo? Porque senão com as imagens que temos vistos nas televisões sobre as calamidades e se passar daqui só uma chuvada forte poderá nos criar imensos problemas.

No ponto 3159 «a abastecimento de água potável as populações», é também qualquer coisa que fica no ar. Acho que deveríamos ter noção mínima de quais são essas populações que serão beneficiadas por este abastecimento. Não seria demais se pudéssemos ver, assim como quando o Sr. Ministro diz construção de troço de estradas que já foi levantado pelo meu colega Delfim Neves.

De certo modo seria bom que nós aqui ao nível de deputação, partindo de princípio que embora deputados a nível nacional temos certas relações com determinadas zonas do país. Daí que é sempre bom os deputados terem noção de quais são as estradas, quais são essas populações. Pois, a prática de prestação de conta exige que possamos fazer coisas dessas.

Iluminação pública solar nas zonas rurais é uma medida bastante boa, Sr. Ministro, mas é qualquer coisa que me preocupa, porque já conheço um exemplo que é Pinheira, parece-me que puseram aí alguns postes com iluminação pública e o que acontece é que as pessoas já começam a reclamar que não querem luz na rua, mas sim querem-na precisamente em suas casas.

Acredito que isso é uma opção e é correcta fazer que pelo menos a parte pública esteja iluminada. Mas se houver possibilidade para alguns casos, eu sublinho alguns casos, porque creio eu que Soares da Costa está-se a fazer a mini-hídrica naquela zona...

Uma Voz: — Está parado.

O **Orador**: — O projecto está parado. Na altura, o então primeiro-ministro quando lá esteve numa querela que houve entre a população e a empresa por causa de derrubo de cacauieiro e plantas das pequenas parcelas dos cidadãos que lá vivem, vimos que havia necessidade por exemplo em Mato Cana, Anselmo Andrade e essas zonas aí onde passam os postes de alta tensão ver se haveria possibilidade de meter lá luz que é extremamente importante.

Senão vejamos, Sr. Ministro, um caso concreto. No Alto Douro, se estivéssemos nalguns países que oiço falar de gás oleoduto etc. etc. teríamos problemas. Passa lá alta tensão e energia para Ribeira Afonso. Aí perto vê-se a luz todos os dias a passar. Quem sabe se não tem até consequências, há quem diz já que o transporte de alta tensão tem efeitos colaterais que afectam a saúde humana.

O indivíduo que lá vive pode estar sujeito a esses efeitos e não ser beneficiado pela luz eléctrica. Seria bom que nessas zonas rurais pudesse haver algum esforço de meter energia directamente de energia pública por exemplo há uma roça que é Pedroma que dizem que da Trindade parece que a energia eléctrica foi até uma determinada dependência da zona de Mé-Zóchi que com um bocado de esforço a luz chegaria.

É nesse contexto que gostaria de chamar atenção do Governo, acho que é uma boa medida, mas logo no primeiro item que é pagamento de contribuições aos organismos internacionais. Cada ministério relaciona com um organismo internacional, esse ministério é que paga directamente ou todas essas organizações internacionais estariam entregues ou ligadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Isso de certo modo, são pontos que *a priori* gostaria que me fossem esclarecidas e depois provavelmente se houver mais alguma lá iremos.

Falei também de abastecimento de água, da construção de troço de estradas que fosse bom que tivéssemos noção, isto porque, os deputados embora nacionais também são regionais e locais. Daí que é sempre bom que os deputados saibam e conheçam o que é que vai beneficiar a sua zona. E depois falei do pagamento contribuições de regimes internacionais.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Presidente Alcino Pinto.

O Sr. **Presidente** (Alcino Pinto): — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, estaria a me referir a rubrica se posso dizer isso, projecto de abastecimento de água a Cangá, Cruzeiro, Ôbô Longo, Pau Sabão.

Quer dizer, a problemática de água no meu entender é uma questão nacional e portanto, como sou da Trindade falo mesmo em situação tanto a quanto ridícula por quanto nós é que abastecemos água a cidade e outros distritos do país. Hoje, sabemos que todos os rios nascem ali na Lagoa Amélia, mas é triste que a Trindade e as zonas periféricas não têm água.

É com alguma estranheza que vejo cá o projecto de abastecimento de água a Cangá, Cruzeiro, Ôbô Longo e Pau Sabão e se é o projecto que cá está a referir. Gostaria que o Sr. Ministro me dissesse se é este ou não que foram entregues a EMAE.

Mas curiosamente há dois meses não há água na torneira, quer dizer que é mais um caso que se adiciona ao caso da Trindade que só tem água das seis as doze horas e daqui adiante não tem. Portanto, queria informações um tanto a quanto detalhadas por quanto sou interpelado por causa da água de Cruzeiro a Ôbô Longo. Já estive variadíssimas vezes na EMAE para obter informações para esse caso, mas infelizmente, não consegui, porque a EMAE diz que o projecto foi mal concebido. Essa é a informações que obtive através da EMAE.

Estudos, projectos e execução do projecto levam-me a criar alguma suspeição de que estamos perante mais um projecto infelizmente, da zona da Trindade que falhou. Queria também dizer que este projecto abastece Ôbô Longo, Cruzeiro, Folha Fede que são zonas que desde a sua origem infelizmente, nunca tinham visto água numa torneira por exemplo.

Mas infelizmente, volvidos trinta dias já não há água nas torneiras e nem nas casas das pessoas. Hoje, estive a vir da Trindade, encontrei pessoas a abrirem mais um canal para abastecimento de água que não sei para onde, mas as pessoas da Trindade não têm água.

Isto é um aspecto que este Governo devia ter muito boa nota, porque é revoltante. Como sou da ENAPORT sei da parceira ou do tal memorando que o Governo tem com a SONANGOL. A título de informação queria que o Sr. Ministro soubesse de que o nosso cais não é porto como tal, mas sim é um cais que está numa degradação vertiginosa e progressiva que se não tivermos em conta isto com alguma brevidade poderemos estar perante uma catástrofe, porque onde as patas das gruas posam estão mesmo a romper.

E sabem que estamos no porto e aliás, cais está sobre o mar e podemos estar a qualquer momento a uma situação terrível e de não termos porto. É uma questão que o Governo deverá negociar também se calhar com a SONANGOL para que este aspecto poça ser devidamente observado a quando da sua execução se for assim o caso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr. ^a. Deputada Ângela Viegas.

A Sr. ^a. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é uma questão que tem a ver com as Finanças e como ele não está neste momento deixaria para depois.

O Sr. **Presidente**: Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, a bocado o Sr. Deputado Delfim Neves falou aqui da Doca. E o facto da Doca não vir reflectir no Orçamento Geral de Estado e no PIB, dá ideia de que ele falou aqui de um mito e parece que o mito que está a nos dominar a todos.

A obra foi muito conotada em tempos com um ministro que tinha a pasta que era o próprio Delfim Neves e houve muita especulação a tal ponto que hoje me parece que toda gente se envergonha ou se acanha perante a Doca. Como é possível termos um investimento de 4 milhões e tal de dólares, um edifício abandonado e que até mete frustração.

Quando passo por lá e vendo um edifício tão novo e tão bonito, claro que não sei se é funcional ou não, mas ao vermos o edifício a tender a apodrecer sem que façamos nada de útil.

Sei que há uma serie de propostas, já se falou em supermercado, em clínica e assim gostaria de perguntar ao Sr. Ministro, pessoa de quem não vou aqui falar, porque conheço muito bem e trabalhamos no estrangeiro com boa comunicação aos olhos

Queria perguntar ao Sr. Ministro, se este Governo alguma vez militou com profundeza sobre o prosseguimento do projecto da Doca enquanto Doca? Já vimos que os objectivos eram extremamente importantes na altura. Concentrar naquela zona, porque era de refrigeração, venda, concentração do peixe e mais. Mas será que nós hoje reflectimos sobre a conclusão deste projecto e da importância que ele assume para São Tomé e Príncipe?

Ou será que nós todos queremos desfazer da ideia da Doca, porque era projecto de Delfim Neves? Essa é uma questão que levanto ao Governo. Outra questão das estradas incógnitas no orçamento, isto é, algo que não deve e nem Assembleia Nacional pode aceitar. São incógnitas, porque não têm nome. São mencionadas construção de troço de estradas, reabilitação de troço de estradas, elas têm que ser apadrinhadas e terem um nome.

A Assembleia Nacional cumpre fiscalizar as obras e é claro que não podemos fiscalizar obras incógnitas. Por outro lado, queria levantar a questão que foi aqui levantada pelo Sr. Deputado sobre a questão da água que é nacional e que neste momento o problema agravou-se substancialmente.

Mas mesmo nas alturas em que se podia falar de normalidade, há zonas do país que nunca tiveram água e não aparece aqui no Orçamento Geral do Estado. Sei que sofrem muito, mas é uma zona que sempre sofreu. Fez-se um estudo numa altura e depois houve dificuldades, parece que houve dificuldades e se os governos abandonaram-na que são zonas entre Almas e São Fenícia que engloba Riba Mato, Montalvão e outras.

As pessoas vivem em condições de miséria total. Bebem uma água muito imprópria esses anos todos. Queria sugerir que incluíssemos neste Orçamento Geral de Estado uma referência relativa às essas zonas. Já agora, queria pedir que me dissessem, porque devo ter passado por cima e não ter visto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Viegas.

A Sra. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Srs. Ministros, enfim, é assim. É uma questão que penso que deveria ser posta também a quando da discussão da área que concluímos a pouco que é a do Plano. Confesso que tenho às vezes alguma dificuldade em discernir o que agora pertence a cada área, porque há nova reorganização.

O Ministro quando falou de uma dificuldade que o País tem que é de espaço para albergarmos os serviços públicos, isto é realmente um problema sério.

Gastamos muito dinheiro com edifícios privados e houve um processo em curso de inventariação do património de Estado, que creio que deve estar ainda em curso, onde um dos objectivos é de vermos os edifícios que são de Estado e reorientá-los. Há um edifício que foi demolido há pouco tempo que é de Estado também porque já estava em fase de degradação muito avançada.

Temos mais um que pode chegar a esse estado brevemente que é o famoso edifício de ex-casa Bachá onde já estive a Direcção de Cadastro que está sendo ocupada com coisas ilícitas. Programamos a reconstrução praticamente desse edifício no orçamento findo, mas devido alguns problemas no concurso, não se pude avançar. Houve um problema com concurso e era preciso fazer um novo. Devia estar no Ministério das Finanças e Cooperação Internacional, mas podia estar também nas Obras Públicas, porque é um edifício que, de acordo com aquilo que estava programado serviria pelo menos a três ministérios e resolveria muitas questões tanto no aspecto da nossa praça que está feio com o edifício que de acordo com a Direcção da Cultura tem importância cultural.... como é que se diz?

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Algo patrimonial.

A **Oradora**: — Exacto. Patrimonial. Estamos a deixar o edifício e não vejo aqui. Fiquei preocupada porque é que não está. De facto há muitas prioridades e que entendo perfeitamente muito bem isso, mas penso que é uma prioridade também. No primeiro lugar, é de não deixar o edifício cair porque ele caindo pode trazer muitos problemas mesmo com danos físicos e porque também há algumas pessoas que lá estão teimosamente, e enfim, todas outras consequências. Porque é que deixou-se esse edifício de fora? É uma preocupação que tenho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, ouvi atentamente a explicação do Sr. Ministro em relação a problemas de capela, mas não fiquei muito satisfeito. Mau é que não temos antigo director da DOP que é o Sr. José Carvalho, porque ele partiria isso e não estaria a cargo do Estado, porque foi construída ilegalmente. Deve assim ser partido e não Estado a gastar dinheiro.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — O Sr. está a falar de quê?

O **Orador**: — Estou a falar de capela e de lavandaria, porque foram construídas ilegalmente sem autorização.

Uma voz: — De capelas!

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Mas isso faz falta a população.

O **Orador**: — E o Estado agora tem que gastar dinheiro. Vi aqui na rubrica 1055 e 3315 «a capacitação do pessoal». Há outra de novo que diz «a capacitação de recursos humanos».

Bom, é de louvar, mas infelizmente, essas capacitações não sei se tem passado pela Direcção de Transportes. Ultimamente, fui confrontado com pessoas que querem recolher dados. Ultimamente, houve uma formação de um ano na Lusíadas nenhum funcionário da Direcção dos Transportes e aqui temos essa

rubrica, mas não sei onde vai esse dinheiro. Se é para capacitação mesmo de recurso humano, espero que seja.

Mas de qualquer forma estou satisfeito com a aquisição de equipamento e impressão magnética das cartas e livretes. Espero que não fique por aqui e que outras verbas para outros assuntos da Direcção dos Transportes estejam noutras rubricas, porque não estou a ver e que por mecanismos legais tentarei saber.

A questão de IMAP. Já levantei essa preocupação aqui com o Ministro de Plano e Desenvolvimento e assim gostaria de ouvir o parecer do Sr. Ministro em relação a isso, porque como á tinha dito, este Governo é um Governo de solução e a nossa perspectiva é de ver solução e não é de ver os problemas anteriores.

Temos o caso de barcos de pesca que encontra na situação em que se encontra. Portanto, queria saber se há mapeamento ou não desses barcos? Se houver um acidente ou um choque com outro barco que está lá, quem irá assumir essa responsabilidade, tanto é que no orçamento anterior não havia.

No orçamento do Ministério de Plano e Desenvolvimento não há verba para fazer nada em relação a isto. Não estou a ver o problema interno do País, mas sim estou a ver o problema externo que custa muito dinheiro com o pagamento dos prejuízos e uma série de coisas.

Um deputado falou aqui da iluminação pública solar nas zonas rurais. Gostaria de saber quais são os critérios, porque normalmente mete-se energia nas zonas rurais o que é bom, mas o custo de benefício e grande parte das pessoas é só para ter energia lá para roubá-la. Não estou a dizer que não vale apenas pôr energia, mas estou a ver o custo benefício em relação a isto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, antes de lhe passar a palavra, vou levantar uma questão de natureza organizativa.

Ontem, quando discutimos, creio as questões atinentes aos poderes local e regional formos confrontados com a de chamada exiguidade de recursos para as câmaras. Depois vimos que era possível um dos ministérios fazer a arrumação quando discutimos o gabinete da Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro.

A questão de arrumação por subsectores. Levanto essa questão no sentido de saber se não é possível transferir algumas obras que estão cá para as estruturas do poder local de forma a começarmos a que essas estruturas comessem a sentir-se também o peso da co-responsabilização.

Vejo por exemplo aqui construção do murro de contenção de Praia Emília (Água Grande), estudo de arruamento de Campo de Milho (Água Grande). Vejo de outro lado o que já falamos ontem que é a construção de casas sociais em Malanza (Caué), construção de casa germinada em Porto Alegre (Caué), reabilitação da Ponte de São Nicolau.

É que as nossas câmaras, de facto, já fizemos um debate intenso aqui sobre isso. Ficam com questões marginais e é preciso que essas câmaras comessem também a assumir responsabilidades. Transferindo essas obras para o poder local afectaria significativamente o papel das autoridades centrais ou dificultaria a execução dessas obras?

Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recurso Naturais**: — Sr. Presidente, estive apenas a repor mentalmente a ordem dos factos. Portanto, penso e acho que não me vou enganar. Começando por responder ao Sr. Deputado Jorge Correia que começou por levantar a questão da requalificação da cidade capital, perguntando se incluía trabalhos ao nível dos esgotos.

A requalificação da cidade capital vai ser lançada brevemente e é daquelas coisas que podemos iniciar já, e incluirá de fundo revisão nos sistemas e dos trabalhos ao nível das tais pontes secundárias que temos ao nível do Rio Água Grande.

Paralelamente a isso já está lançado o concurso e que acho que terminará no final deste mês para reabilitação das ruas da cidade capital. Tapagem dos buracos que já inclui uma primeira intervenção ao nível de limpeza de sarjeta e esgotos ao nível da cidade capital.

Isso é mais para esclarecimento. Quanto a abastecimento de água, o que disse o Sr. Deputado é verdade. A água é vida e foi o primeiro contacto que no terreno tivemos que tomar, porque na altura já se vivia o prolongamento da gravana e a situação parecia crítica.

Aí, a de haver medidas ou intervenções de emergência e se calhar ao falar de abastecimento de água respondia já também ao Sr. Deputado Albertino Bragança quando levantou a questão embora tinha visto que está inscrito, mas há aí zonas ou localidades que sofrem aparentemente mais do que outras em termos de abastecimento.

O que constatamos no terreno é que os efeitos de alteração climática relacionado com o prolongamento da gravana fez com que a maior parte das nossas capacidades de adopção de capitação se reduzissem a índices mínimos e nalguns casos a zero.

O distrito de Água Grande é o mais penalizado neste sector, porque sempre se fez investimento com base no recurso de nascente. São poucas as capitações de águas de superfícies no distrito de Água Grande. Isso fez com que por aquela altura quase que não se tinha. Não insisto em repetir porque marcou-me quando visitei as águas Amoreiras I, II, III e IV e creio se a memória não me falta é o IV que é aquele

depósito grande que está na entrada para Diogo Simão que em dois dias todas as saídas fechadas o depósito com tudo que era recursos de capitação não chegava a meio da sua capacidade.

Em dois dias tendo fechado abastecimento a toda as localidades durante 48 horas seguidas. Não havia água para dar. Entra pouco e perde-se muito pelo caminho a ponto de se questionar. Valeria apenas ter aquela capitação água Amoreia IV, porque há erros.

As correcções a serem feitas equivaleria fazer uma nova capitação. Isso indicou-nos claramente que temos que rever, e pensar na Nação inteira em termos de estruturas e de utilização da água. Há de se ter que intervir em termos de emergência para as populações que são abastecidas através daquele depósito. Bombom, essas zonas de Almas e tudo isso.

A segunda constatação, isso já foi mais tarde, é que de facto temos um outro caso que é a EAME. EMAE é um caso que foi, será e se calhar provavelmente, continuará a ser um caso para todos. Temos um problema, não é porque quem está lá, não está a fazer ou não quer fazer. Temos o problema de lidar com a EMAE. Lidar com a EMAE, significa que estamos a lidar com produtor, gestor, regulador, consumidor e assim não torna fácil.

Confesso que tem sido um martírio de cada vez que se interpela os sectores a procurar soluções, encontramos indícios de problemas. Não dá para conviver e tem sido difícil. Então há toda uma necessidade de rever a gestão, mudar a mentalidade das pessoas para que quando procurarmos solucionar uma questão estamos a procurar mecanismos de gerir para fornecer e para atender as necessidades.

Riboque, Madre de Deus foram este caso. Riba Mato que temos aqui inscrito é uma preocupação porque é uma população que vem sofrendo. Tem água e está a correr. Estive lá no fim da semana a ver os chafarizes a brotarem água. Há um grande problema de gestão dos recursos e é preciso que se diga, porque estamos num local onde se pode dizer essas coisas.

Estamos todos envolvidos na procura desta solução. O abastecimento de água é importante, indispensável e é uma grande preocupação. Já viram que há um conhecimento dos problemas e vamos dentro dos que serão as medidas de carácter urgente fazer, e dentro das que são aquelas medidas programadas para se ir fazendo, mas para melhorar tudo que é os benefícios a advir dos problemas de abastecimento água, vamos fazer e de preferência em concertação de forma que caminhemos juntos.

Nos troços de estradas Srs. Deputados, incluímos algumas que estão em curso e são muitas. Lembrome e muitas vezes se disse que 45% do investimento estão no ministério. Isso é verdade, mas dos 45% que temos para investir, 48% são de obras e assuntos que estão em curso, já decorrentes e para continuar.

Quanto à iluminação pública Sr. Deputado, eu aí sim estou perfeitamente de acordo consigo e confesso que por vezes fiz a mim próprio a pergunta. Pomos na rua ou pomos dentro de casa? Mas nesse caso concreto convenço-me que começaríamos por pôr na rua.

Trata-se de uma tecnologia nova, uma iluminação pública feita a partir de fornecimento de novas tecnologias que temos grande dificuldade em dominar, ainda não conhecemos nem sequer todas as nossas potencialidades no domínio das energias renováveis. Quanto às hídricas estamos aqui a falar provavelmente, das fotos voltaicas, eventualmente, das eólicas, não há estudos concretos que nos digam, a opção de São Tomé passará por fotos voltaicas ou por eólicas.

Há informações técnicas que nos dizem que o rendimento é melhor a partir das eólicas que provavelmente os custos de manutenção das fotos voltaicas são muito elevados. Confesso que se precisa de mais tempo para estudar e amadurecer a questão. Mas preocupa-me, Sr. Deputado, e faço a minha voz da sua que é um bocado difícil compreender termos na rua e não em casa.

Mas esse sistema técnico que se vai pôr na rua, estaria preparado para estar dentro de casa. Por isso, digo, vamos amadurecer a questão e estudá-la, isso vai ser uma experiência a ver de como utilizar da melhor maneira nas zonas rurais.

Os organismos internacionais, neste caso concreto que está aqui, Sr. Deputado, lamentavelmente, não encontrei mais por parte do meu colega, porque precisaria de muito mais. É para o Instituto Nacional de Meteorologia para se começar então a pagar. Foi mesmo o Sr. Deputado que fez a referência se não seria o Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas alguns sim, na maior parte dos casos não.

No caso do nosso Ministério a situação é que os institutos e instituições autónomas se encarregariam de pagar elas próprias pelos seus próprios meios. O estado em que a maior parte delas se encontra não permite a excepção talvez de AGER tanto INAC como IMAP ou outro. O Instituto de Habitação então pior, teria muita dificuldade em honrar os seus compromissos. A questão põe-se e já pedimos esse dado ao departamento de cooperação do ministério que nos faça um levantamento de todas as organizações em que as instituições se encontram afiliadas.

Vale apenas continuar com algumas delas? Porque muitas vezes estamos na mesma instituição ao nível mundial, regional e continental. Acho que era preciso reavaliar um bocado os benefícios e os que nos custa manter esse tipo de relacionamento. Está a ser feito esse trabalho e em momento próprio daremos a conhecer.

O Sr. Deputado Alexandre Guadalupe falou dos recursos hídricos que é bom e disponível no distrito de Mé-Zóchi e que este distrito se confronta com muitos problemas. É verdade, eu diria que Mé-Zóchi a semelhança do País se confronta com muitos problemas nesta matéria. Mas concretamente ao projecto de Cangá a Obô Lôngo não tenho a mesma opinião a do Sr. Deputado e digo-lhe porquê.

Porque a entrega definitiva da obra a EMAE, ainda não foi feita. E mais uma vez devo lhe dizer com alguma resistência por parte da própria EMAE que se vê em dados momentos ultrapassada face a situação. Começam a acontecer muitos actos de vandalismos num projecto que ainda não está entregue.

Ligações ilegais, mal feitas que prejudicam todo o sistema. Este projecto é daqueles que não estou em condições de dizer que excelentemente é bem executado, mas é daquele que é a referência de execução. Não digo isso, mas digo que é um bom projecto, informações e conhecimento que tenho do dossier é um bom projecto. Um projecto com condições para ir mais longe em termo de abastecimento de água as populações que já abastecem.

Há condições suficientes na capitação para reforçar inclusivamente abastecer a própria Trindade. É preciso investir um bocado mais e quando se concluir e se olhar para esses aspectos que referi de gestão e de controlo de actos de vandalismo, acho que sim teremos abastecimento de água numa zona que bem disse que durante muitos anos não se sabia o que é água.

Tenho um outro detalhe que é preciso dizer. O projecto foi apelidado como projecto de Ôbô Lôngo e peço desculpa se o meu conhecimento em termos de nomes das localidades não é muito bom. Era próprio Ôbô Lôngo que não estava previsto de ser abastecido pelo projecto e que tinha o nome do projecto. Acho que é isto. Então, teve que se fazer uma extensão fora projecto para poder beneficiar Ôbô Lôngo.

Quer dizer, todas essas coisas acabam tecnicamente por prejudicar todo o sistema. Mas para tranquilizar o Sr. Deputado, isso não é um mau projecto. É um projecto que pode ser trabalhado, melhorado e que dará frutos. Quanto ao Porto, Sr. Deputado, tomo muito boa nota e o senhor aumenta o grau das minhas preocupações quanto ao estado do Porto, vamos ver como é que podemos também aí fazer.

Sr. Deputado Albertino Bragança, a questão da água já está. As obras incógnitas deixo para que o Sr. Ministro das Finanças também se fale um bocadinho dela. Sobre a Doca vou falar de coração e com sinceridade.

Disse a bocadinho que a Doca é um problema do Estado, é um problema nacional e do Governo mais do que do ministério. A decisão a ser tomada será um problema do Governo, vai ter que se tomar como falei. Quero dizer que quando digo de coração a todos, que eu também não gostaria de um dia ser apelidado como padrinho ou dono de um projecto só porque ele não está devidamente enquadrado com o que é a opinião de muitas pessoas ou que ele por uma razão qualquer operacional ou mesmo técnica tenha que ser desviado do seu contexto iniciado.

Não concordo e não acho justo que se apelide a Doca de projecto Delfim Neves como se apelide uma outra coisa qualquer de projecto António ou Pedro. Não fica bem, move ou mexe com as pessoas. Eu quero fazer passar que a Doca é um projecto nacional.

Agora, temos o País que temos. Aqui é preciso dizê-lo que temos todo um trabalho grande que é de mudar a forma de pensar e de olhar para o Estado. Quero quando acabar exercícios dessa função ser julgado ou ser felicitado por aquilo que faço, mas no quadro de Estado. Não quero que amanhã que também me conotem com as coisas porque enquanto lá estou, agirei como filho de Estado.

Ouvi uma pessoa dentro da minha casa a dizer que já não se mete comigo, porque sou filho de Estado. Mas é. Temos que saber ver as coisas. De cidadão comum é verdade que já não sou. Estou ao serviço da Nação. Quando estou ao serviço da Nação tenho que tomar algumas decisões e se eu abusar do poder que tenho e tomar decisões que são as mais correctas também estou exposto a ser sancionado por vias próprias.

Não gostaria de estar a viver ou a passar por coisas desse tipo. Tomo esse exemplo, porque se referiu exactamente a Doca, mas temos N no País. Portanto, todos juntos acho eu, deputados, membros do Governo, sociedade civil, mais a Nação toda temos que pensar e olhar para as coisas de como elas são.

Não posso lhe dizer muito mais Sr. Deputado Albertino Bragança, é o meu sentimento sobre este assunto. Quanto a Sr.^a Deputada Ângela Viegas também deixo ficar para o Sr. Ministro das Finanças responder.

Sr. Deputado António Ramos, capela e lavandaria aparentemente não devia ser o problema do Estado, mas já é, porque encontramos já o assunto encaminhado e com uma solução proposta neste sentido. Mas também devo dizer-lhe que se fosse eu a ter que decidir também decidiria a favor da resolução desse problema, o Estado tem que intervir quando é para melhorar as condições de vida das populações.

Neste momento está, é uma obra que impede o bom funcionamento das condições de vida das pessoas e temos que resolver. Penso que quanto a isto vamos fazê-la, é claro que levanta alguma polémica, mas é daquelas coisas que vamos ter que resolver para o bem de todos.

A capacitação do pessoal de recursos humanos.

Bom, é pena de facto não termos mais dinheiro, porque os recursos humanos é que podem mudar um bocado tudo aquilo que estamos a fazer em termos de tentativa de desenvolver este país ou de repor o País na via de desenvolvimento.

É o que há e vamos geri-lo. E para tranquilizar o Sr. Deputado, dizer que já foi feito e isso já não está em curso. Já foi feito um levantamento exaustivo dentro do quadro do ministério das necessidades de formação, instituição por instituição. E vamos utilizar os recursos que temos disponíveis para atender aos casos mais gritantes. Já transmitimos parte deste dossier ao Sr. Ministro das Finanças que no âmbito da

cooperação internacional nos ajude a procurar apoios para garantir a melhoria e qualificação dos nossos recursos.

Porque temos plena consciência que sem eles estaríamos aqui a fazer esse exercício, mas depois não teríamos sequer capacidade de execução, nem de absorção. É preciso melhorar a capacidade de recursos humanos e está claro que estamos a tentar fazê-lo. Só que também devo dizê-lo, Sr. Deputado, que em muitas das nossas direcções não se encontra dinâmica própria para valorizar os recursos. É preciso que também saiam sinais de dentro para que possamos como Governo e depois que a Assembleia também expandi essa vontade e faz esse trabalho.

O IMAP. A informação que tenho, Sr. Deputado, é que no IMAP os navios a que se referiu foram vendidos. Não sei, mas tomo nota se calhar para verificar melhor, porque fui confrontado com uma situação em que não tinha os detalhes, mas a informação que tenho é que os navios foram vendidos. Sobre a iluminação solar penso ter respondido quando respondi ao Sr. Deputado Jorge Correia. Tanto mais uma vez muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto o Sr. Ministro as questões atinentes as câmaras.

O **Orador** — Sim Sr. Presidente, estive a ver se escapava mas...

Risos.

Também é preciso fazer se calhar um bocado de introspecção. O poder local é importante porque é o primeiro interface com as populações. Só que, será que o nosso poder local está preparado para desempenhar esse papel? Pessoalmente acho que não. Melhorou muito, mas acho que ainda não está. Porquê? Porque algumas das questões a que se referiu, há questões que é mesmo necessário envolver a câmara.

Temos estado a envolver a câmara por exemplo em quase tudo que é matéria da água, de abastecimento, em questões de alterações climáticas. Temos estado a envolver a câmara cada vez mais em questões ligadas ao terreno e ultimamente até aconteceu na escolha e de melhoramento da estrutura de recolha de lixo nos distritos.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Ministro, eu não estou cá.

O **Orador**: — Eu sei que o Sr. Deputado não está cá. Quando entramos em questões de estudo, de arruamento e de questões mais sensíveis, o que é notamos? Que as próprias câmaras, mesmo atribuindo-lhes esse poder por vias legais retornam aos serviços para que as coisas sejam feitas.

No caso de um estudo de arruamento, a câmara viria ao INAE, porque tem condições de o fazer. Há coisas que sim. Aprovação de projectos de construção de habitações de certo que se pode envolver, e pensa-se envolver a câmara a partir de agora.

Naquilo que for possível, penso que é um processo paulatino e progressivo que se vai fazer, porque evitará ao poder central se perder por vezes questões que são do âmbito local e que faz perder algum tempo. Mas que a questão principal é que neste momento ainda não há estrutura organizativa funcional dentro das câmaras para que elas se possam ocupar de todas essas questões. Portanto, vai ter que se fazer progressivamente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional para complementar.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, queria no primeiro lugar responder a questão levantada pela Sr.^a Deputada Ângela Viegas sobre a casa Bachá. Para dizer que realmente não está no orçamento, porque esse processo atingiu uma fase um pouco complicado.

Estamos perante duas situações. Houve lançamento de concurso e como a Sr.^a Deputada conhece muito bem, segundo avaliação houve um vencedor e a outra parte recorreu a órgão de recurso que é o órgão do supremo na lei de licitação. Este órgão anulou o concurso, mas no entanto a empresa vencedora recorreu-se aos Tribunais e este está a pedir neste momento anulação da decisão do órgão de recurso.

Portanto, estamos numa situação um bocado difícil de como lidar com essa situação. Nós nesse momento e como a Sr.^a Deputada sabe e que também estou a dizer assim, porque sei que a Sr.^a Deputada sabe do meu conhecimento do dossier que há algumas influências em relação a esse processo vieram também do próprio financiador que é da outra parte que é Portugal.

Esse financiamento de Portugal tem uma condicionante que tem que ser obrigatoriamente empresa portuguesa. Portanto, 70% de participação tem que ser empresa portuguesa. Então houve uma disputa não só a nível interno com as nossas instituições, mas que houve outras disputas também ao nível do próprio financiador.

Temos em mãos essas duas situações. Uma por um lado que é o órgão do recurso que quer anular o concurso e depois temos também uma decisão do Tribunal interposta pela empresa vencedora que manda anular a decisão do órgão de recurso.

Então, acho que o Governo pensa e aliás já tentamos fazê-lo uma vez, mas infelizmente, devido a situação que está decorrendo agora em Portugal, a época do orçamento e tudo isso estamos a tentar ver se conversamos primeiro com o financiador e depois com as empresas como forma de tentarmos também reverter essa situação tanto a nosso favor.

Queria ir mais longe com isso, dizer a Sr.^a. Deputada que o Governo também pensando profundamente sobre essa situação de necessidade de espaços para albergar os ministérios. Portanto, os ministérios estão todos congestionados nesse momento, alguns que não estão congestionados têm espaços seculares em fase de degradação bastante avançada.

Então, estamos a pensar em adoptar uma outra filosofia de criação de espaços de funcionamento administrativos. Possivelmente, decidiremos isso já durante o ano 2011 a qual é a nova filosofia de pensamos em adoptar, mas ainda não perdemos de vista a reabilitação do edifício de casa Bachá. É preciso que a gente resolva esse problema que temos na mão, como sair dessa e depois decidir qual é a posição em relação a reabilitação do edifício.

Há uma outra questão sobre o financiamento de Taiwan levantado pelo Sr. Deputado Delfim Neves. É claro que o Governo conhece o memorando assinado pelo Sr. Deputado Delfim Neves com Taiwan em que fazia referência a algumas obras. O que não conhecemos é realmente a efectivação de todos esses projectos como projectos a mais daquele montante que Taiwan nos dá.

Tomamos conhecimento que alguns desses projectos eram extra os 11 milhões. No decorrer do tempo, o único projecto que tornou extra é o de Santo Amaro que inicialmente era Centro de Conferências Internacionais. Digo isso como alguém que também já vinha trabalhando nele. Centro de Conferências Internacionais que transformou depois em de Central Santo Amaro, é o único projecto que foi considerado como projecto extra.

Todos os outros projectos que inicialmente tinham iniciado como esta, foram incluídos depois dentro dos 11 milhões disponíveis para execução. Claro que pode ser que isso depois encontre outro caminho da visita do Sr. Primeiro-Ministro. É essa situação, não temos informações dos outros extras. É só este extra e depois aí adiante.

Levantou a questão muito bem, porque é que está com novas fontes sobre a questão das casas sociais em Malanza e Porto Alegre uma vez que já vinham sendo financiadas por Taiwan. Quero dizer ao Sr. Deputado Delfim Neves que depois de um certo atraso na realização dessas obras e do imbróglie que se girou a volta da execução dessas obras, Taiwan pura e simplesmente quase que recusa inscrevê-las no seu programa.

As obras de Porta Alegre sabe-se que é uma obra que iniciou há três ou quatro anos que até agora não conhece o seu fim. Relatórios sucessivos de fiscalização apontam para erros gravíssimos e por isso, Taiwan quase que recusa em inscrevê-lo no seu programa.

Tivemos ultimamente o caso de casas sociais de Mé-Zóchi que sofreu sucessivas adendas e que Taiwan a dado momento disse que não vai pagar até esse montante, outro montante vocês é que arranjam como financiar. Sendo uma obra de Estado e de continuidade, é dever do Governo mesmo se Taiwan a nega em incluir no seu programa, devemos inscrevê-la com outras fontes de financiamento. Eis a razão que nos levou a tê-la aqui com outra fonte de financiamento.

A questão de troço de estrada levantada pelo Sr. Deputado Albertino Bragança, acho que não é incógnito porque foi uma decisão unânime aqui ao nível da Assembleia Nacional nos outros orçamentos, de pequenas estradas, inscrevemo-las de uma forma global de modo a evitar por um lado, porque sabemos como é que é São Tomé, o acesso a informações de orçamento, lançamento de concursos com valores inscritos, as propostas nunca iam abaixo desse montante inscrito.

Iam sempre igual ou superior. E foi uma decisão e acho que aqui mesmo ao nível da Assembleia nos orçamentos anteriores de fazer referência a essas obras pequenas, de agrupa-las num só montante e realiza-las em função de prioridades.

O Sr. **Presidente**: — Pelos esclarecimentos que acabou de dar, levanta uma questão. Voltando a casa Bachá. O facto de haver esse diferendo que implica já instâncias judiciais e que obriga o Governo a não colocar no quadro de orçamento levanta um problema.

O Sr. Ministro diz-nos que a questão não está posta de lado, mas que quer resolvê-la. Ao admitir que o problema fique resolvido, a obra não pode ser executada porque não está orçamentada. Isso é um problema de fundo. Segunda questão, pessoalmente na última legislatura estive ausente da Assembleia Nacional durante dois anos e não posso dizê-lo de que esta afirmação que faz foi decisão ou não tomada aqui no âmbito da Assembleia, mas mesmo sendo, é tido hoje como ponto assente que a gestão orçamental deve ser até do conhecimento do cidadão comum.

Acho que o Governo não se deve preocupar em demasia com o facto das empresas concorrentes poderem saber o que é que tem como teto para execução de uma determinada obra.

O que o Governo deve preocupar-se no meu ponto de vista é de saber se as empresas concorrentes e as peças que constituem as suas propostas dão credibilidade para execução. Porque muitas vezes pode acontecer que há uma verba, e essas nossas verbas são fixadas sem o devido estudo. Havendo propostas que ultrapassem até ao valor dos orçamentos fixados e que obrigam o Governo a encontrar formas de resolução com as propostas que assim as apresentem.

Como por exemplo, há tempos atrás quando se estava para construir uma obra aí em Praia Melão qualquer coisa relacionado com a pesca. Fez-se lançamento de um concurso e não se previu estudo do solo que era um pântano e o resultado. O orçamento previsto não estava e a obra está lá, teve-se que lhe abandonar.

Portanto, a preocupação não pode ser de que eu empresário tenha conhecimento de que estado está aqui, isso tudo está aqui. Tem que ser do domínio do conhecimento público. Uma das críticas que nos fazem é que o orçamento ainda é feito fechado, o cidadão e os deputados não o conhecem. Aliás, isso é uma questão que temos que uniformizar. Se dizemos deputados, deputados, ou os Srs. Deputados, os Srs. Ministros.

Acho que relativamente à questão de casa Bachá, Sr. Ministro, não sei se quando nos diz que os Tribunais decidiram anular a decisão dos órgãos de recurso e aqui se levanta um problema. Quem tem a competência real nisso?

Se estamos a subir para instância jurídica não sei que medida o Governo pode tentar contornar a questão negociando com o financiador se há uma decisão judicial. Nessa questão chamo atenção para necessidade de começarmos a respeitar as decisões dos órgãos competentes em razão da matéria.

Nesse sentido ia perguntar o Sr. Ministro de que Tribunal é que decidiu isso? Se é Tribunal da 1ª Instância ou se é Supremo na sua função de Tribunal administrativo? Porque isso é uma matéria de natureza administrativa, por isso mesmo, Sr. Ministro, era essas observações que queria fazer.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Viegas.

A Sr. ^a. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, de facto o ponto da situação que o Sr. Ministro fez, é exactamente aquilo que existe desde que saímos do governo. Já havia aquela nota do Tribunal. É essa situação que eu estava a me referir, quando disse que houve complicações no dossier que impediram o seu desenvolvimento.

Algumas vezes há sobreposição de poderes. Não se sabe quem decide o quê e creio que é Tribunal da 1ª Instância é que tomou essa decisão, mas sem consultar sequer uma vez o Estado ou o sector do Governo que é quem nesse caso era o dono da obra.

Não podemos julgar as decisões tomadas, mas podia-se recorrer. Também, quem devia recorrer? É outra questão. É o Governo? É órgão de recurso? Essa é outra questão. É uma questão que tem que ser resolvida porque ela já vai a quase ano.

Acho que isso aconteceu em Abril, Maio ou coisa de género. Então, temos que tomar uma decisão, porque independentemente daquilo que o Governo decidir fazer com o edifício, ele é um perigo público. É um perigo eminente para as pessoas que têm lojas lá em baixo e que residem lá.

Uma das cartas que recebi de lá que é um meio caricata de um senhor que diz que tem uma irmã que é muito forte e quando anda a casa vai para baixo. Ela tem que escolher sítio certo para pôr os pés, mas está lá a viver. O Estado tem que rapidamente encerrar ou de cercar este edifício. Fazer-se alguma coisa, porque tem que se fazer.

Não se pode continuar nesse estado, porque depois quando vem a carga o Estado vai pagar indemnização as pessoas. A senhora quando sair de lá para chão e o Estado vai pagar-lhe indemnização pode crer, porque a casa é do Estado. Isso tem sido assim aqui em São Tomé.

É uma questão que vem e talvez porque vive-la, sinto que não devíamos deixar esse edifício cair mesmo se se decidir construir edifício do Governo noutro lado, é necessário fazer qualquer coisa lá. É preciso pegar nesse edifício urgentemente, talvez falando com a Procuradoria da República para ver se dirime esse conflito.

Outra questão melhor que penso, acho que já tínhamos visto esta questão quando estávamos lá que era mudar de financiamento. Porque não é obrigatório ser o financiamento do crédito português. É isso que criou também esse problema, porque se fosse só o nosso financiamento não teria chegado a esse ponto. As influências estragaram o processo, então, encontrou-se outra fonte de financiamento.

Alguna coisa se deve prever na óptica daquilo que disse o Sr. Presidente da Comissão, de colocar qualquer verba para fazer o cercado, porque alguma coisa é preciso. Se a situação resolver, o contrato está assinado, é preciso fazer alguma coisa e não estando programado também há complicação. Acho que esse edifício merece estar inscrito independentemente do fim que se queira dá-lo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, antes de mais quero felicitar o Sr. Ministro pela brilhante explicação que deu aí a quando do seu esclarecimento. Agradece-lo pela solidariedade, mas dizê-lo que a mim não atinge essa questão de me apelidar com algumas obras.

O que me entristece sim, é a má fé que está a volta desse processo. Porque até apelidar as pessoas por obras, é importante, porque deixa marca por aquilo que fez. Mas o que me entristece, é apelidar quando há a volta de uma desconfiança de coisas que não existem apelida por umas obras.

Deviam apelidar por todas e sentiria muito satisfeito. Das 26 realizações que eu tive oportunidade de fazer quando fui ministro, apelidar com todos esses e não resumir em Doca e passeio. Deviam falar também das casas sociais que se fez em Bombom, Almas, Madalena, Trindade, Delfim Neves.

Risos

Estradas de Capela a Trindade, Piedade a Belém, Delfim Neves. Monte Café, Ototó, António Soares, Mesquita a Cruzeiro, Água Arroz a Cruzeiro, pôr isto tudo, Delfim Neves. Eu ficaria muito satisfeito.

Risos.

Falou-se aqui de carta magnética, trabalho de Delfim Neves. Discutiu em Portugal para que os são-tomenses tivessem direito de reciprocidade, que os portugueses viessem cá conduzir com a carta portuguesa durante um período de seis meses e os são-tomenses a mesma coisa, Delfim Neves. Nada disso se diz, só se fala de Doca.

Risos.

Mas já estou a habituar. Por isso, o pedido que eu fiz, é apenas esclarecer de uma vez por toda, se há alguma situação irregular deixa cá e cada um assume as suas responsabilidades.

Já estou habituado a isso tal como STP - Traiding. Uma empresa com dezasseis sócios e cada sócio é uma sociedade, está resumido em Delfim Neves. Cada vez que se fala de Doca, as pessoas pensam só em Delfim Neves. Já estou habituado a isso.

O que importa é ter consciência tranquila e andar para frente. Daí que depois da explicação do Sr. Ministro das Finanças, que como sabe quem está de fora não pode intervir, se o financiador tem suas reticências em continuar a financiar, é o Governo que deve negociar e saber quais são as razões.

Sobre a obra em Porto Alegre, é uma obra que já foi adjudicada e já foi paga. Portanto, o Estado não pode fechar os olhos só porque o financiador já não quer continuar a pagar.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — Está com outro financiamento.

O Orador: — Está cá? A casa de passagem está cá? Não vi, também não vi lavandaria e não vi a requalificação das casas dos trabalhadores. Tudo isso é um pacote de projectos que foram adjudicadas a uma empresa.

A empresa recebeu parte do dinheiro para fazer as obras, e tem outra parte para receber obviamente. Portanto, é necessário ver esse pacote. Se um financiador já não quer financiar, o Estado já gastou uma parte do dinheiro, tem que encontrar outras formas de financiar e de concluir o projecto.

Posto isto, a proposta que eu trazia já não faz sentido porque o Sr. Ministro já explicou aqui que ao invés de 2,5 milhões de dólares para iluminação da pista que está inscrito no orçamento da ENASA, chegou-se a conclusão que são 5 milhões.

No entanto, aquilo que dizia o Sr. Ministro das Finanças que foi uma proposta de Assembleia em resumir todas as estradas apenas uma só designação para evitar esses tipos de especulações das pessoas saberem o valor que foi discutido cá sim senhor.

Mas o que ficou é por exemplo: construção de troço de estradas tem esse montante de 41 mil milhões, «Santo Amaro, Santo António, São Gabriel, São Marçal» para as pessoas saberem. O empreiteiro aqui não pode adivinhar qual é o valor que é para SATON e qual que é para Santo Amaro.

Isso tem que ser introduzido tal como abastecimento de água para as populações. Sabemos que há muitas zonas, mas deve-se abrir parentes e dizer tais, tais zonas. Assim permite-nos a fiscalização. Nem é sequer a fiscalização, é mais um acompanhamento dessas obras e ter argumentos de forma que próprios os deputados como o Governo para explicar que esta zona vai ter água, porque está inscrita no orçamento. Da forma como está a gente fica sem respostas para as populações.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Presidente, nunca é demais de dizer que o Sr. Ministro das Obras Públicas pela positiva fez uma boa apresentação e convenceu-me em muitas coisas, mas às vezes sou um bocado casmurro e gostaria de voltar a colocar uma questão.

O Sr. Deputado Alexandre pôs uma questão que é extremamente preocupante. Sei que temos neste momento trabalho, ou projecto ligado a SONANGOL e um deles é a questão do Porto. Mas não sei qual é o tempo que isso vai levar, porque por vezes temos situações extremamente desagradáveis. Falo tendo em

conta que também tenho uma costela ligada ao comércio. Chega um navio, não pode descarregar porque não há grua ou porque temos uma grua que pedimos emprestado.

Isso pode acontecer que de um momento a outro a questão de Porto poderá vir a criar problemas enormes. Não sei se há situações que a gente tem que «batchicá», até que se possa efectivamente pegar no projecto sério. Gostaria que isso tivesse uma atenção muito privilegiada, porque de um momento para outro não temos mais o Porto. Não temos senão esse Porto e podemos ficar bloqueados quer em termo de abastecimento e não só.

Sr. Ministro, voltando para essa questão de iluminação pública, a sensação com que fiquei durante a sua explanação é que próprio o senhor tem ainda algumas dúvidas relativamente a esse item. O Sr. Ministro não conhece bem qual é o impacto disso. Porque não escolher uma zona, uma empresa ou uma dependência dessas e fazer um projecto-piloto?

Esse Governo tem um mandato de quatro anos, neste primeiro ano deve-se fazer uma experiência com uma roça para ver como é que isso desenvolve. Só a partir daí tentar expandir para outras roças e pegar nesta verba que não sei se é suficiente porque são cerca de 830 000 euros se é alguma coisa que dê para ajudar a resolver a questão da ENAPORT, que é algo que pode efectivamente trazer imensas complicações.

Um segundo aspecto é o que eu falei ontem, mas posso ser considerado de suspeito, cada vez que falam isso, isto está no sangue que é a questão de poder local. Gostaria de fazer a definição do que é a transferências de competências.

Transferência de competências, Sr. Ministro, não é aquilo que estamos a dizer hoje que vamos pegar um serviço ou parte de serviço e pormos a disposição da câmara. A câmara não tem condições de fazer efectivamente. A transferência de competências é aquilo que chamamos de descentralização. A descentralização é transferir do Estado para as autarquias as atribuições e competências que até aí incumbiam o poder central e que daí em diante passam a pertencer ao poder local, transferindo também simultaneamente recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para exercício dessas atribuições e competências.

Vou citar um exemplo Sr. Ministro. Sr. Ministro falou de análise e aprovação de projectos de construção. Na outrora isso pertencia a câmara. Ainda recorde que Joaquim Lopes era das Obras Públicas e a câmara requisitava-lhe para fazer fiscalização ou avaliação de um projecto. Daí que essa acção não deveria estar nas Obras Públicas e depois chamar câmara para lá ir. Não. É a câmara que chama pessoas de Obras Públicas para contribuir nesse sentido. É assim que isso funcionou na outrora e é assim que é a tal descentralização.

A câmara não precisaria de ter lá um arquitecto, mas sim recebe o projecto do seu distrito, vê o terreno como é que está e pede a colaboração das Obras Públicas, da Direcção de Cadastro e pede-se outros sectores afins. A partir daí é que se cria a equipa que o analisa e a câmara dá resposta final. É uma questão apenas para minha curiosidade, que não tenho nada a ver com esse assunto especial, porque é uma questão mais dos ministérios.

Quanto à missão no exterior, é cada ministério que pede o seu valor ou é uma atribuição?

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — É a missão no exterior ou missão ao exterior?

O **Orador**: — Porquê? Porque estive aqui a analisar por exemplo um Ministério como Obras Públicas que é bastante grande e que tem uma parte de bolo de 45%, tem missão no exterior com um valor de 383 mil milhões. Secretaria de Estado e Juventude tem 389 mil milhões, Assuntos Parlamentares e Descentralização tem 383 mil milhões, Saúde tem 493 mil milhões, e para não falar dos outros. Só gostaria de saber se efectivamente é o Sr. Ministro que propôs ou isso é atirado um tanto ou quanto? Queira-me desculpar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, já agora tendo em conta que o senhor tem sido muito preciso e objectivo, tenho algumas dúvidas. Sr. Ministro, no nosso aeroporto internacional na parte lateral tinha iniciado umas obras e que não acabaram. Não sei se pagou as pessoas ou se elas não receberam ou coisa assim de jeito. Gostaria que o Sr. Ministro me dissesse dessa parte de extensão do aeroporto de São Tomé.

Soube também que o hospital de Príncipe também tinha qualquer coisa e não sei se já foi concluído. Já agora, Sr. Ministro, havia dois estudos sobre o aeroporto e de Porto de Águas Profunda. De aeroporto concretamente havia duas propostas uma parece ser Sul-africana e uma de um outro país. Gostaria de saber em que ponto está isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas.

O Sr. **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais**: — Sr. Presidente, permita-me agradecer primeiramente as referências feitas pelo Sr. Deputado Delfim Neves, porque foram de facto referências que não vou me reter, nem fazer mais. Mas dizer-lhe que sobre isso praticamente estamos entendidos e não há muito mais a dizer.

Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado Jorge Correia, conheço-o bem e também o seu grau de teimosia quando é para bem. Quanto à ENAPORT há situações gritantes tanto em termo de infra-estruturas como em termo de gestão.

É um Porto congestionado e é por isso, que tem sido preocupação não de hoje, mas vem sendo preocupação. Os nossos recursos não permitam que apenas ao nível do País decidamos alterar para o melhor todas as necessidades que se tem naquele Porto, é a razão pela qual se negoceia e assinou-se primeiramente um memorando que não se traduziu na prática nos resultados esperados.

Por isso, neste Governo não encontramos outra parceria, renegociamos com o mesmo parceiro o memorando, mas de parte a parte tendo em conta dados novos que podem alterar significativamente a situação do Porto. O que está em causa é que o memorando que assinamos que tem uma validade para início da implementação das actividades de três meses.

Quer dizer que, se em três meses não se iniciar o memorando deixa de ser válido. Quer dizer que dentro de três meses até 31 de Março não iniciando as actividades no Porto e no aeroporto o memorando deixa de ter validade. Até final desse mês temos que ter condições para de parte a parte discutir questões técnicas ligadas aos projectos a implementar imediatamente no Porto.

Estão em curso esse expediente de visita de elaboração desses projectos para sim sentarmos e decidirmos avançar então para a implementação em termos de execução tanto no Porto como no aeroporto. Eram os pormenores que se calhar faltavam dizer relativamente a essas duas infra-estruturas.

Iluminação pública tem outro detalhe que ao falar me passou, que é a influência do próprio doador. O próprio doador propõe o formato que temos que são das tais coisas que às vezes a gente tenta, mas não vai. O formato começa pela iluminação pública. As outras considerações que fiz, são aquelas que se pode partilhar em quem procurar encontrar a melhor utilização para essas coisas.

O poder local sim senhor, Sr. Deputado, não faço mais comentários do que lhe dizer que estamos completamente disponíveis ouvindo de si para ao longo desta caminhada que é esse exercício de governação, encontramos juntos maneiras de progredir, na transmissão, na transferência e tanto na implementação desse tipo de parceria entre o Governo central e poder local a disponibilidade total para andarmos juntos.

Missões no/ao exterior. Está por esclarecer. Eu penso que é sectorial, mas há um problema. É que aí, é apenas para cobrir taxas aeroportuárias, subsídios únicos, porque a verba não suporta mais do que isso. A maior parte dessas missões acabam por ser aquelas tudo pagas. As pessoas possam participar, mas o apoio de Estado neste sentido é para cobrir as taxas aeroportuárias e subsídios únicos de vez em quando que se tem que dar as pessoas, que vão para quinze dias e levam 250 dólares. Portanto, vê-se mesmo que é para não perder a possibilidade de aprender e partilhar mais experiências.

O que gostaria é que tivéssemos mais, porque o que se prende com os recursos humanos é importante, mas não há mais. O Sr. Ministro das Finanças mesmo connosco é um bocado ..., eu pedi-lhe três vezes mais o Orçamento Geral de Estado para o meu Ministério. Vejam, ele me deu 45% do investimento.

Sr. Deputado Guilherme Octaviano, quanto à ENASA não lhe respondi tudo com a explicação da ENAPORT, para lhe dizer que não sei se referia a aquela parte que está ao lado da área de chegada.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sim, sim.

O **Orador**: — Não sei se está pago. Pode-se saber. É possível e sinceramente não sei, mas digo-lhe pode-se saber. E também posso lhe adiantar que neste momento já faz parte de um projecto da ENASA suportado com fundo próprio da empresa de melhorar aquela área de chegada, aproveitando aquele espaço erguendo uma estrutura que vai aumentar a capacidade introduzindo algumas alterações nomeadamente no tapete por causa das bagagens.

Prevê-se ainda ao longo deste ano fazer este melhoramento. Sr. Deputado, quanto ao hospital no Príncipe das informações que tenho, não desconheço para lhe dizer a verdade. Mas das informações obtidas não me permitem esclarecê-lo completamente.

Tive um contacto formal com um responsável da empresa para me inteirar minimamente, mas precisa-se estudar melhor o dossier e saber como é que ele se encontra e como resolvê-lo.

Porto de Águas Profundas é um projecto sobejamente conhecido, importante e transversal. Neste momento o passo seguinte tratado durante a missão que o Sr. Primeiro-Ministro está a fazer a Taiwan e no regresso terá um encontro com os responsáveis da empresa a quem nós negociamos e adjudicamos a sua construção.

Com o seu regresso se calhar teremos informações mais actualizadas sobre o projecto. Relativamente ao aeroporto e ao memorando que fez referência, parte dessa dúvida esclareci quando falava da ENAPORT, mas há dois ou três pormenores que devo lhe dizer. De facto o aeroporto foi alvo de dois memorandos de entendimento, um deles foi com uma empresa sul-africana (AICOITER) que de boas

intenções se remeteu ao silêncio durante um período prolongado mais de dois anos alegando a crise financeira como protesto por não poder executá-lo.

Partes daquele projecto era muito interessante, mas com o problema da crises e com as dificuldades que eles demonstravam o memorando chegou a fim sem que se tenha implementado. Outro memorando foi assinado quase que em simultâneo com o da ENAPORT e da SONANGOL, também que não se traduziu em resultados práticos.

Neste momento o parecer com o qual assinamos e nas condições que descrevi, no porto foi a SONANGOL e esperamos que nesse período de três meses possamos implementar e avançar. Seria o desejo que convinha para que saíssemos e começássemos a fazer alguma coisa. Não sendo possível e chegando a conclusão que não vem a ser possível, avançaríamos volvido os três meses para outras opções a terem em conta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — Sr. Presidente, era para complementar a minha explicação em relação a questão da casa Bachá, porque com certeza não foi muito bem claro em relação a explicação que dei. Confesso que omiti com certeza algumas informações. Gostaria de dizer-lhe que quando fiz referência de que estávamos a negociar com o financiador, é porque na óptica de ter uma nova filosofia em relação aos serviços públicos, tentamos fazer uma intervenção na cidade capital, não só para a casa Bachá, mas também para outros edifícios emblemáticos ao nível da cidade capital, tais como o, edifício que está ao lado onde está o sector de Comércio, mesmo a possibilidade de vermos como é que requalificamos aqui na marginal, essa zona onde depois a AGER possivelmente terá um espaço.

Portanto, é um conjunto de espaços na cidade capital que é preciso preservar e dar nova imagem. Eis a razão que inscrevemos no orçamento uma verba de aproximadamente 3 milhões de euros para requalificação da cidade capital. E quando falamos da requalificação da cidade capital, estamos a falar também desses aspectos todos complementando com outras intervenções que estão no orçamento que diz respeito a sarjetas, pavimento, etc., etc.,

Para dizer que não abandonamos totalmente o edifício casa Bachá, mas mudamos sim de filosofia em relação a tê-la exactamente como se vinha anteriormente. Face a essa situação mudamos de filosofia de requalificação e de poder intervir nesse edifício tendo em conta realmente aquilo que disse a Sr.^a Deputada, o perigo que esse edifício representa neste momento para zona onde está ou a fase avançada de degradação e não só, o perigo que ela poderá representar para vidas humanas e para pessoas que lá habitam.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. Alexandre Guadalupe (ADI): — Sr. Presidente, só queria perguntar. Estamos a falar de edifícios emblemáticos. A casa de senhor Salgueiro que não sei se é dos Salgueiros, essa casa é de quem? Porque ela dá uma imagem extremamente feia a cidade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — É casa do Estado. Depois posso dar mais pormenores sobre a casa do Estado e também a parte que diz respeito a oficina aqui onde está a família Santos se não me engano. São todos esses espaços emblemáticos que é preciso dar uma atenção. A filosofia é de ver como é que podemos resolvê-lo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, há mais intervenções? Sr. Ministro, então, para o nosso registo podemos dizer que no âmbito da requalificação da cidade capital serão atendidas edifícios tais como casa Bachá e casa Salgueiros? Podemos incluir?

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — Pode sim.

O Sr. Presidente: — No âmbito da requalificação, não estamos a falar da reabilitação plena, mas apenas para o registo e para melhoria. Srs. Deputados, se o Ministro diz que sim vamos deixa-lo precisar.

Risos.

Porque isso é assim, nós da 2ª Comissão estamos a fazer um esforço, não discutimos isso ainda ao nível da reunião, mas temos estado a trocar impressões entre colegas sobre a necessidade da melhoria da nossa acção.

Srs. Deputados, o que é que habitualmente fazemos? Só voltamos a esse dossier quando estivermos a falar do Orçamento de 2012. Queremos evitar isso, inclusive como forma de introduzir talvez o mecanismo

de fiscalização de uma certa pressão para que as coisas também se façam. Muitas vezes, próprios os deputados, demitimos das nossas funções, porque temos outras ocupações e a Assembleia Nacional não tem os instrumentos todos de suporte para acompanharmos de facto.

E quando estamos a dizer se é preciso pôr, é para acompanharmos. Não é uma forma de criar dificuldades ao Governo, porque vejo alguns dos Srs. Deputados a dizer, Sr. Ministro, não diga isso. Não é preciso dizê-lo.

Ministro é uma pessoa de bem e os deputados também. Temos que fazer um esforço para cumprir aquilo que diz o Sr. Ministro e Srs. Deputados. Também para o registo em forma de recomendação, pedimos aqui o Sr. Ministro se é possível no capítulo de reabilitação das estradas, e a questão relacionada com água se é possível incluir.

Não as rubricas por peças ou por subsectores, mas no montante global e a discriminação. Sr. Ministro e Sr. Director, agradecemos que depois nos desse isso para a redacção final após a aprovação na especialidade. Gostaríamos de fazer essa recomendação também de maior envolvimento e cooperação dos poderes quer central como autárquico e regional na execução sobre tudo das obras de forma que o poder local comesse a sentir-se co-responsável na realização de acções que têm lugar nos seus respectivos territórios.

Digo muitas vezes Srs. Deputados e Srs. Ministros, se um dia eu fosse Presidente da Câmara criaria muita dificuldade ao Governo. Muita mesmo! De vez em quando fazia rebeldia, mandava parar obra, se bem que a câmara aí, sim estou de acordo, não tem os instrumentos coactivos.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Este é um crime.

O **Orador**: — Não é crime. Sabe porquê? Porque no quadro das competências de Lei-Quadro das autarquias dá em determinados domínios mesmas competências quase que as do Governo central. Está lá no território.

O que falta é regulamentar. Mas enquanto se não se regulamente, também muitas coisas do governo não estão regulamentadas. Mas é minha competência e o problema está aí. Por exemplo o Presidente da Câmara ouvi-lo na televisão a dizer que ele mandou suspender a extracção de área numa das praias.

Será que é ilegal? Isso é discutível. Se ele vai para Lei-Quadro que lhe dá competência nesse domínio há qualquer coisa que é preciso acertar, mas muitas vezes assistimos o poder local, não estou a dizer de hoje, com este Governo concretamente realizações de acções no respectivo distrito e que o Presidente da Câmara não tem conhecimento.

Por isso, estamos a dizer como uma das recomendações, maior cooperação. Reparem, as câmaras não fiquem com aquelas questões periféricas, marginais, lixo, lixo, lixo, porque isso não é apenas a sua função. Meus caros, Srs. Deputados e Ministros, não houve proposta de alteração de valores. Houve esclarecimentos suficientes daí que com essas recomendações acabadas de fazer, vamos considerar também aprovada por consenso?

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Não.

O Sr. **Presidente**: — Não!

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Quais são as anotações que são verdadeiramente feitas? Qual é a responsabilidade do Governo?

O Sr. **Presidente**: — Não, como dissemos e é a tradição, relativamente à especificação, os Srs. Ministros disseram que sim, que vão fazer.

Pedimos até a colaboração do Sr. Director de Orçamento que vai nos ter que remeter a listagem para quem vai fazer a redacção final que somos nós a Assembleia Nacional.

Dissemos que isto em relação às estradas e em relação à água. Portanto, os Srs. Ministros estão de acordos e o Srs. Director já se disponibilizou também para o remeter. Outra recomendação é maior envolvimento e cooperação entre os órgãos e o poder central.

Isso não pode ser uma determinação dessa Comissão ao Governo, mas deve decorrer de bom senso pelo próprio resultado que o Governo espera. Só estamos a dizer que essas recomendações vão constar no nosso relatório final.

Quando estivermos a analisar a lei vamos vê-la, mas essas recomendações para o relatório, e relativamente às leis os Srs. Deputados poderão na ocasião própria apresentar as propostas. Portanto, considero aprovado o Orçamento do Ministério das Obras Públicas e Recursos Naturais.

A reunião foi encerrada quando eram 13 horas e 50 minutos.